

Instituto Politécnico de Coimbra  
Instituto Superior de Contabilidade  
e Administração de Coimbra

Jason Pina Dias da Costa

Análise Económica e Financeira da COAPE, C.R.L.

Análise Económica e Financeira da COAPE, C.R.L.

Jason Pina Dias da Costa

ISCAC | 2017

Coimbra, outubro de 2017





Instituto Politécnico de Coimbra  
Instituto Superior de Contabilidade  
e Administração de Coimbra

Jason Pina Dias da Costa

Análise Económica e Financeira da COAPE, C.R.L.

Relatório de estágio submetido ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Análise Financeira, realizado sob a orientação do Dr. Carlos Barbosa e supervisão de Dr.<sup>a</sup> Paula Amaral.

Coimbra, outubro de 2017

## **TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Declaro ser o autor deste relatório de estágio, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação do presente relatório de estágio.

## PENSAMENTO

***“A sorte protege os audazes”***

(verso de Virgílio, Eneida X, verso 284)

## **AGRADECIMENTOS**

Este relatório representa o culminar de mais uma meta à qual me propus e não teria sido possível sem o auxílio de muitas pessoas que me incentivaram, apoiaram e permaneceram sempre ao meu lado.

Em primeiro lugar, agradecer aos docentes do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra – Coimbra Business School, em particular ao meu orientador Dr. Carlos Barbosa, por toda a disponibilidade no acompanhamento e orientação do estágio.

Seguidamente, agradecer à COAPE – Cooperativa Agro-Pecuária dos Agricultores de Mangualde, C.R.L. pela oportunidade para a realização do estágio curricular relativo ao meu Mestrado em Análise Financeira, bem como a todos os colaboradores, particularmente, à minha supervisora Dr.<sup>a</sup> Paula Amaral e à minha colega Ana Santos pela compreensão, apoio, disponibilidade e por todos os conhecimentos que me transmitiram ao longo do estágio.

Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos pela amizade, apoio e motivação ao longo desta caminhada.

Por fim, e não menos importante, agradecer aos meus pais e à minha namorada Jessica Martins por toda a força e compreensão, à minha família e invocar saudosamente a minha falecida avó e o meu falecido primo.

Foram dois anos de esforço, dedicação, devoção e por fim a Glória.

Obrigado!

## **RESUMO**

O presente relatório tem por base o estágio curricular realizado na COAPE - Cooperativa Agro-Pecuária dos Agricultores de Mangualde, C.R.L., no seu departamento financeiro, com o objetivo de obtenção do grau de Mestre no âmbito do Mestrado em Análise Financeira do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

Atualmente no contexto de crise financeira é essencial a elaboração de análises económicas e financeiras das empresas com o intuito de determinar as suas capacidades e competências de modo a seguirem estratégias competitivas.

Nos últimos anos, tem-se assistido ao crescimento do setor primário, nomeadamente, as cooperativas. As cooperativas têm como principal objetivo a satisfação das necessidades económicas, sociais e culturais dos seus cooperadores e não se traduz na obtenção de lucro.

Desta forma, o presente estudo visa avaliar e comparar a situação económica e financeira da COAPE - Cooperativa Agro-Pecuária dos Agricultores de Mangualde, C.R.L. com o setor de atividade no período de 2013 a 2015, através do método dos rácios, cujo o cálculo e a leitura dos indicadores devem ser ajustados aos objetivos peculiares das cooperativas. Para a caracterização deste estudo foi disponibilizado pela cooperativa documentos financeiros, como o balanço e a demonstração de resultados.

**Palavras-chave:** Análise Financeira, Análise Económica, Cooperativas.

## **ABSTRACT**

This report is based on the curricular internship held in the financial department of COAPE - Cooperativa Agro-Pecuária dos Agricultores de Mangualde, C.R.L. with the purpose of concluding my Master's degree on Financial Analysis of the Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

Currently in the context of financial crisis it is essential the elaboration of economic and financial analysis of companies to determine their skills and capacities in order to follow competitive strategies.

In recent years, there has been the growth of the primary sector in particular cooperatives. Cooperatives have as main objective the satisfaction of economic, social and cultural needs of their cooperators and doesn't translate in obtaining profit.

Thus, the present study aims to evaluate and compare the economic and financial situation of COAPE - Cooperativa Agro-Pecuária dos Agricultores de Mangualde, C.R.L. with the activity sector in the period from 2013 to 2015 through the method of ratios whose calculation and reading of the indicators should be adjusted to the particular objectives of cooperatives. For the characterization of this study was provided financial documents by the cooperative such as balance sheet and the income statement.

**Keywords:** Economic Analysis, Financial Analysis, Cooperatives.



# ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO .....	1
1 Cooperativas .....	3
1.1 Noção de cooperativa .....	3
1.2 Ramos do setor cooperativo .....	5
1.3 Cooperativismo em Portugal .....	6
1.4 Constituição da República Portuguesa .....	9
1.5 Código Cooperativo .....	10
1.6 Fiscalidade cooperativa .....	11
1.7 Economia social .....	13
1.8 Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, CIPRL .....	15
2 Estágio .....	18
2.1 Apresentação da entidade de acolhimento .....	18
2.2 História da COAPE .....	19
2.3 Caraterização da COAPE .....	19
2.3.1 Secção de compra e venda .....	20
2.3.2 Secção de frutos vermelhos .....	21
2.3.3 Secção de produtores de leite de origem ovina e caprina .....	22
2.3.4 Secção de ensino e formação .....	23
2.3.5 Departamento financeiro .....	23
2.3.6 Organograma .....	24
2.4 Instalações da COAPE .....	24
2.5 Tarefas desenvolvidas .....	25
2.5.1 Software de gestão .....	25
2.5.2 Arquivo dos documentos .....	28
2.5.3 Conferência do saldo de caixa .....	29

2.5.4	Fecho das contas .....	29
2.5.5	Reconciliação bancária .....	29
3	Análise económico-financeira de empresas.....	30
3.1	Enquadramento teórico .....	30
3.2	Utilizadores da análise financeira .....	33
3.3	Recolha de informação.....	34
3.4	Métodos e técnicas de análise financeira .....	34
3.5	Método dos rácios .....	35
3.5.1	Rácios financeiros.....	37
3.5.2	Rácios de atividade .....	38
3.5.3	Rácios de liquidez.....	40
3.5.4	Rácios de rendibilidade.....	41
3.5.5	Rácios técnicos .....	43
3.6	Indicadores de equilíbrio financeiro de curto prazo.....	43
3.7	Indicadores e rácios de avaliação de risco .....	45
3.7.1	Risco operacional.....	46
3.7.2	Risco financeiro .....	46
3.7.3	Risco global .....	47
4	Análise económica e financeira da COAPE .....	48
4.1	Análise económica .....	49
4.1.1	Volume de negócios.....	49
4.1.2	Evolução dos rendimentos e gastos .....	50
4.1.3	Análise da rendibilidade .....	51
4.1.4	Análise da atividade.....	54
4.1.5	Análise da produtividade .....	57
4.2	Análise financeira.....	59

4.2.1	Equilíbrio financeiro de curto prazo .....	59
4.2.2	Equilíbrio financeiro de médio/longo prazo .....	61
4.3	Análise do risco .....	64
4.3.1	Risco operacional.....	64
4.3.2	Risco financeiro .....	64
4.3.3	Risco global .....	65
CONCLUSÃO .....		66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....		69
APÊNDICE.....		73
Apêndice 1- Demonstrações Financeiras.....		74
ANEXOS .....		78
Anexo 1- Balanço e Demonstração de Resultados da COAPE .....		79

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1- Evolução do movimento cooperativo entre 1929 e 1974 .....	8
Quadro 1.2- Resumo do Código Cooperativo .....	11
Quadro 1.3- Distribuição das cooperativas por ramo .....	16
Quadro 2.1- Informações gerais da COAPE.....	18
Quadro 4.1- Evolução dos rendimentos e gastos da COAPE.....	50
Quadro 4.2- Evolução dos rácios de rendibilidade .....	51
Quadro 4.3- Evolução dos rácios de atividade .....	54
Quadro 4.4- Evolução dos indicadores de produtividade .....	57
Quadro 4.5- Evolução dos indicadores de equilíbrio financeiro .....	59
Quadro 4.6- Evolução dos rácios de liquidez .....	60
Quadro 4.7- Evolução dos rácios financeiros .....	61
Quadro 4.8- Evolução do risco operacional.....	64
Quadro 4.9- Evolução do risco financeiro .....	64
Quadro 4.10- Evolução do risco global .....	65

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1- Distribuição percentual das cooperativas por ramo .....	16
Gráfico 1.2- Distribuição das cooperativas por distrito .....	17
Gráfico 4.1- Evolução do volume de negócios .....	49
Gráfico 4.2- Evolução da rentabilidade operacional das vendas e da rentabilidade líquida das vendas .....	51
Gráfico 4.3- Evolução da rentabilidade do ativo e da rentabilidade operacional do ativo .....	52
Gráfico 4.4- Evolução da rentabilidade do capital próprio .....	53
Gráfico 4.5- Evolução da rotação do ativo .....	54
Gráfico 4.6- Evolução da rotação dos inventários .....	55
Gráfico 4.7- Evolução do prazo médio de inventários .....	56
Gráfico 4.8- Evolução do prazo médio de recebimento e do prazo médio de pagamento .....	56
Gráfico 4.9- Evolução do valor acrescentado bruto por trabalhador .....	58
Gráfico 4.10- Evolução da produtividade do trabalho.....	58
Gráfico 4.11- Evolução da liquidez .....	60
Gráfico 4.12- Evolução da solvabilidade e da autonomia financeira .....	62
Gráfico 4.13- Evolução do endividamento e da estrutura de endividamento .....	63

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 2.1- Organograma da COAPE.....	24
Figura 3.1- Decisões da função financeira.....	30
Figura 3.2- Evolução da informação financeira.....	33
Figura 3.3- Estrutura do balanço funcional .....	45

## **Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas**

ACAP- Associação Central da Agricultura de Portugal

ACI- Aliança Cooperativa Internacional

AFL- Aplicações Fixas Líquidas

AT- Autoridade Tributária e Aduaneira

CAE- Classificação Económica Empresarial

CASES- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, CIPRL

CIDECA- Centro de Investigação, Desenvolvimento e Certificação Agrícola

CMVMC- Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

COAPE- Cooperativa Agro-Pecuária dos Agricultores de Mangualde, C.R.L.

CP- Capital Próprio

CRP- Constituição da República Portuguesa

DGERT- Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

DL- Decreto-Lei

DR- Demonstração de Resultados

EBF- Estatuto dos Benefícios Fiscais

ES- Economia Social

FM- Fundo de Maneio

FMF- Fundo de Maneio Funcional

FSE- Fornecimentos e Serviços Externos

IES- Informação Empresarial Simplificada

INSCOOP- Instituto António Sérgio do Setor Cooperativo

IRC- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

ISCAC- Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra

IVA- Imposto sobre o Valor Acrescentado

LBES- Lei de Bases da Economia Social

LG- Liquidez Geral

LI- Liquidez Imediata

LR- Liquidez Reduzida

MFL- Meios Financeiros Líquidos

n.º- Número

NC- Necessidades Cíclicas

NFM- Necessidades de Fundo Maneio

NIF- Número de Identificação Fiscal

PMI- Prazo Médio de Inventários

PMP- Prazo Médio de Pagamento

PMR- Prazo Médio de Recebimento

PRODER- Programa de Desenvolvimento Rural

RAT- Rendibilidade do Ativo

RC- Recursos Cíclicos

RCP- Rendibilidade do Capital Próprio

RE- Recursos Estáveis

RL- Resultado Líquido

RLV- Rendibilidade Líquida das Vendas

RO- Resultado Operacional

ROA- Rendibilidade Operacional do Ativo

ROV- Rendibilidade Operacional das Vendas

SAFT- *Standard Audit File For Tax*

SCE- Sociedade Cooperativa Europeia

SNC- Sistema de Normalização Contabilística

TA- Tesouraria Ativa

TL- Tesouraria Líquida

TP- Tesouraria Passiva

VAB- Valor Acrescentado Bruto



## **INTRODUÇÃO**

O relatório de estágio é uma das componentes obrigatórias do plano de estudos para a obtenção do grau de mestre em Análise Financeira do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC). O presente relatório visa apresentar de forma sumária a caracterização do setor cooperativo, a empresa de acolhimento, as tarefas desenvolvidas ao longo do estágio, bem como efetuar uma análise económica e financeira da entidade acolhedora.

O estágio curricular realizou-se na COAPE- Cooperativa Agro-Pecuária dos Agricultores de Mangualde, C.R.L. (COAPE), tendo sido iniciado a 6 de outubro de 2016 e concluído a 13 de abril de 2017, com a duração de 960 horas, distribuídas por 8 horas diárias. O estágio é sem sombra de dúvida o ponto de partida para a entrada no mundo laboral. Assim, a sua realização tem como principal objetivo o confronto entre os ensinamentos teóricos e sua aplicação prática. Por estes motivos, optei pelo estágio, que me ofereceu uma boa experiência profissional e ao mesmo tempo possibilitou a elaboração de um trabalho teórico e prático.

Através do artigo 80.º alínea b), da Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976, a organização económico-social do país prevê a coexistência de três setores: o setor público, o setor privado e o setor cooperativo e social. Na situação em que vivemos, a Economia Social (ES) tem vindo a afirmar-se com um setor indispensável. Estas entidades apresentam características díspares das organizações lucrativas, ou seja, o lucro não é o principal objetivo. Dentro da ES, as cooperativas, apresentam um papel fulcral na nossa economia, contribuindo para a criação de novos postos de emprego e assentando num regime jurídico e fiscal específico.

A análise financeira é um método baseado num conjunto de técnicas que tem como objetivo interpretar e avaliar a situação económica e financeira da empresa. Esta interpretação e avaliação centra-se em cinco pontos: o equilíbrio financeiro, a rendibilidade dos capitais, o crescimento, a sustentabilidade e o risco. Cada empresa e cada analista tem diferentes interesses, portanto cada um fará a sua análise financeira mais adequada. Porém, cada empresa utiliza, principalmente, os seguintes documentos financeiros: o balanço, a demonstração de resultados (DR), o anexo, a demonstração de variações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa que resumem um conjunto de informações económicas e financeiras. Hoje em dia, é cada vez mais

frequente os analistas financeiros utilizarem os indicadores económicos e financeiros como instrumento de análise financeira.

No que concerne à organização do presente relatório, este divide-se essencialmente em cinco capítulos. No primeiro capítulo, é realizada a caracterização das cooperativas, particularmente a noção de cooperativa, os princípios e valores cooperativos, bem como o enquadramento teórico das cooperativas, através da CRP, ao Código Cooperativo, a Lei de Bases da Economia Social (LBES) e a ES.

O segundo capítulo, é repartido em duas partes. Na primeira, a apresentação da COAPE, cooperativa que me acolheu para a realização do estágio. Neste sentido, é feita uma descrição sumária da empresa, o historial da cooperativa, a sua estratégia e a divisão de quatro secções distintas: a secção de compra e venda, a secção de frutos vermelhos, a secção de ensino/formação e a secção dos produtores de leite. Na segunda parte, é efetuada uma descrição das tarefas desenvolvidas na cooperativa, durante o período de estágio.

No terceiro capítulo, é efetuada uma revisão de literatura sobre a análise económico-financeira e as diversas técnicas de análise existentes, na qual, se especifica o método dos rácios.

No quarto capítulo, é efetuada a análise económico-financeira da COAPE<sup>1</sup> comparada com o setor de atividade e por fim, este relatório termina expondo a avaliação crítica do estágio e é feita uma síntese relativamente ao estudo económico-financeira da cooperativa.

---

<sup>1</sup> O método dos rácios é a técnica usada para a análise.

# 1 Cooperativas

## 1.1 Noção de cooperativa

Segundo Meira (2009), para restringirmos o conceito de cooperativa precisamos de considerar três aspetos: a noção de cooperativa, os valores cooperativos e os princípios cooperativos.

De acordo com o artigo 2.º, n.º 1 do Código Cooperativo as cooperativas são:

*“pessoas coletivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entreaajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles.”.*

Também de acordo com o texto da Aliança Cooperativa Internacional (ACI),<sup>2</sup> uma cooperativa é *“uma associação autónoma de pessoas, que se unem, voluntariamente, para satisfazer necessidades e aspirações económicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada.”.*

Do mesmo texto, a ACI explicita os valores cooperativos como sendo *“de ajuda e responsabilidade próprias, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelos outros.”.*

Deste modo, nos termos do artigo 3.º do Código Cooperativo *“as cooperativas, na sua constituição e funcionamento, obedecem aos seguintes princípios cooperativos, que integram a declaração sobre a identidade cooperativa adotada pela Aliança Cooperativa Internacional”.*

Os princípios cooperativos<sup>3</sup> são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam à prática os seus valores. Estes princípios estão dispostos no artigo 3.º do Código Cooperativo:

---

<sup>2</sup> A ACI é uma organização internacional, foi criada em 1895, e tem como principal função preservar e defender os princípios cooperativos.

<sup>3</sup> Os princípios cooperativos, formulados em 1995 em Manchester, resultaram do Congresso da ACI.

**1.º Princípio: Adesão voluntária e livre**

*“As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e dispostas a assumir as responsabilidades de membro, sem discriminações de sexo, sociais, políticas, raciais ou religiosas.”*

**2.º Princípio: Gestão democrática pelos membros**

*“As cooperativas são organizações democráticas geridas pelos seus membros, os quais participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres que exerçam funções como representantes eleitos são responsáveis perante o conjunto dos membros que os elegeram. Nas cooperativas do primeiro grau, os membros têm iguais direitos de voto (um membro, um voto), estando as cooperativas de outros graus organizados também de uma forma democrática.”*

**3.º Princípio: Participação económica dos membros**

*“Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Pelo menos parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os cooperadores, habitualmente, recebem, se for caso disso, uma remuneração limitada, pelo capital subscrito como condição para serem membros. Os cooperadores destinam os excedentes a um ou mais dos objetivos seguintes: desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; benefício dos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.”*

**4.º Princípio: Autonomia e independência**

*“As cooperativas são organizações autónomas de entreajuda, controladas pelos seus membros. No caso de entrarem em acordos com outras organizações, incluindo os governos, ou de recorrerem a capitais externos, devem fazê-lo de modo a que fique assegurado o controlo democrático pelos seus membros e se mantenha a sua autonomia como cooperativas.”*

**5.º Princípio: Educação, formação e informação**

*“As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos, dos dirigentes e dos trabalhadores, de modo a que possam*

*contribuir eficazmente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Elas devem informar o grande público particularmente, os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.”*

#### **6.º Princípio: Intercooperação**

*“As cooperativas servem os seus membros mais eficazmente e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.”*

#### **7.º Princípio: Interesse pela comunidade**

*“As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos membros.”.*

Presentes em quase todos os setores económicos e sociais, as cooperativas continuam a obedecer aos princípios ditos de *Rochdale*, local onde surgiu em 1844 a primeira cooperativa como tal reconhecida. Os princípios de *Rochdale* são hoje património da ACI que os atualizou já por três vezes, mas curiosamente sempre indo buscar inspiração para a atualização à chamada *First Law* de *Rochdale*.

### **1.2 Ramos do setor cooperativo**

De acordo com o artigo 4.º, n.º 1 do Código Cooperativo, o setor cooperativo está organizado em doze ramos:

- i.** Agrícola;
- ii.** Artesanato;
- iii.** Comercialização;
- iv.** Consumidores;
- v.** Crédito;
- vi.** Cultura;
- vii.** Ensino;
- viii.** Habitação e Construção;
- ix.** Pescas;
- x.** Produção Operária;
- xi.** Serviços;
- xii.** Solidariedade Social.

O Código Cooperativo, disposto no n.º 2 do artigo 4.º, prevê o consentimento de constituição de cooperativas multissetoriais, ou seja, podem desenvolver atividades próprias de diversos ramos do setor cooperativo.

### **1.3 Cooperativismo em Portugal**

O movimento cooperativo permitiu um avanço enorme na organização da agricultura portuguesa. Na história das relações Cooperativa/Estado em Portugal existem quatro períodos.

#### **i. Fase Paternalista**

Segundo Almeida (2005, p.55) o cooperativismo português é *“caracterizado pelas suas tradições populares, tendo o seu desenvolvimento sido iniciado no século XIX. Ao contrário do que seria de esperar surge numa época em que os efeitos da Revolução Industrial eram mínimos em Portugal.”*. A primeira manifestação cooperativa ocorreu em 1844 com a Caixa Económica de Lisboa. Em 1860 presencia-se à criação da Associação Central da Agricultura Portuguesa (ACAP), fundada por iniciativa de Aires de Sá Nogueira. A ACAP contribuiu para o desenvolvimento agrícola português através da introdução de novas técnicas e de ferramentas agrícolas.

Na sequência desta fase, as sociedades cooperativas passaram a ter uma organização legal nacional com a promulgação da “Lei Basilar”,<sup>4</sup> elaborado por António Corvo em 2 de julho de 1867. De acordo com Almeida (2005, p.56), a lei referida define cooperativa do seguinte modo: *“associações de número ilimitado de membros e de capital variável, instituídas para os sócios se auxiliarem no desenvolvimento da sua indústria, do seu crédito e da sua economia doméstica.”*. Portugal foi o segundo país europeu a reconhecer a importância das cooperativas, quinze anos depois da Inglaterra.<sup>5</sup>

Em 1888 surgiria o Código Comercial de Veiga Beirão, no qual o artigo 207.º decreta: *“As sociedades cooperativas são especializadas pela variabilidade do capital social e pela ilimitação do número de sócios.”*

---

<sup>4</sup> Primeira lei portuguesa a ocupar-se específica e exclusivamente das cooperativas.

<sup>5</sup> Em 1852, através do *Industrial and Provident Societies*.

## **ii. A Primeira República**

De acordo com Correia (1970), em 1910, implantada a República o número de cooperativas em Portugal era muito reduzido.

Segundo Almeida (2005), o número de cooperativas registou um aumento de 62 para 336 entre o período de 1910 a 1926. O mesmo autor, durante a Primeira República, revela que o espaço criado para o desenvolvimento do setor cooperativo foi adequado para a sua expansão.

Almeida (2005, p.56) também afirma que entre os ramos existentes, o ramo mais importante da Primeira República foi o de consumo: *“Este ramo abrangia quase metade das cooperativas existentes, lutando pela contenção dos preços e pela melhoria da qualidade dos bens fornecidos, opondo-se ao mercado negro.”*.

## **iii. O Estado Novo**

Durante o período ditatorial, de 1926 até 1974, para Namorado (2005) o poder político foi globalmente adverso ao cooperativismo, tendo demonstrado pelo esforço de abafar as cooperativas de consumo. Uma das medidas que vieram limitar o seu funcionamento foi a aprovação do Decreto-Lei (DL) n.º 22513, de 12 de maio de 1933, mais conhecida como “Lei-Garrote”. Esta restringia a isenção da contribuição industrial às cooperativas de uma forma global, sendo as cooperativas de consumo mais punidas.

Apesar deste movimento anti cooperativista, o ramo agrícola não se incluía nestas medidas. O Estado, através dos Grémios e Casas de Lavoura, estimulava o auxílio à criação de caixas de crédito agrícola e cooperativas agrícolas.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Medidas legalizadas com o DL n.º 29494, de 22 de março de 1939.

Quadro 1.1- Evolução do movimento cooperativo entre 1929 e 1974

Tipos de cooperativas	Em 1929	Em 1974
	N.º de cooperativas	N.º de cooperativas
Agrícolas	12	401
De consumo	175	193
De crédito	178	132
De habitação		40
De pesca		-
De produção		10
De diversos		174
Total	365	950

Fonte: Adaptado de Almeida (2005, p.57)

Pelo quadro 1.1, podemos verificar o desenvolvimento das cooperativas agrícolas, cujo o número aumentou significativamente. Relativamente ao número de cooperativas de consumo este registou apenas um ligeiro aumento.

#### **iv. O período pós 25 de Abril**

Após a Revolução de Abril, o setor cooperativo conquistou a “liberdade”, dando origem a uma grande evolução de todo o setor. Deste modo, o número de cooperativas e o número de ramos aumentaram.

Em abril de 1976, foi publicada a nova CRP, em que o Estado deve estimular e apoiar a constituição de uma cooperativa. Nesse mesmo ano, foi criada uma comissão que tinha como objetivo analisar formas mais eficientes e adaptadas de cumprimento com os artigos 61.º e 85.º da CRP.<sup>7</sup>

Assim, pelo DL n.º 902/76 foi criado o Instituto António Sérgio do Setor Cooperativo (INSCOOP) que tinha como objetivo apoiar o setor cooperativo, difundir o cooperativismo e promover as cooperativas. O INSCOOP foi extinto pelo DL n.º 282/2009, de 7 de outubro de 2009, que permitiu a criação da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, CIPRL (CASES).

---

<sup>7</sup> Os artigos são referentes à versão mais recente da CRP.



Passados quatro anos, em 1980 foi publicado o Código Cooperativo ajustando a CRP à legislação ordinária.

Namorado (2005) refere que desde a revisão constitucional de 1989 que ao setor cooperativo consagrado na CRP se adicionou uma vertente social, tendo passado a haver, um setor cooperativo e social, juntamente com os setores público e privado.

Em 1 de janeiro de 1997, entrou em vigor uma nova versão do Código Cooperativo<sup>8</sup> e em 1998 a publicação do novo Estatuto Fiscal Cooperativo que estabelece um regime fiscal próprio para as cooperativas que as favorece.

O Conselho da União Europeia aprova o Regulamento (CE) n.º 1435/2003,<sup>9</sup> de 22 de julho de 2003 e conjuntamente a Diretiva 2003/72/CE.<sup>10</sup> O regulamento e esta diretiva estabelecem o estatuto jurídico da Sociedade Cooperativa Europeia (SCE), que aponta apoiar as cooperativas que desenvolvem atividades em mais do que um país da União Europeia. Namorado (2003), menciona que a SCE surgiu como resposta a dois problemas:

- i. O insuficiente desenvolvimento cooperativo no espaço europeu;
- ii. Desvantagem das cooperativas relativamente às organizações comerciais.

## **1.4 Constituição da República Portuguesa**

A CRP foi aprovada em 2 de abril de 1976, ao qual houve um processo de revisão, sendo que a última ocorreu em 2005, oferece diversos artigos que permite a criação, regulação e o funcionamento das cooperativas.

No artigo 80.º, na alínea b), pressupõe a coexistência do setor público, do setor privado e do setor cooperativo e social de propriedade dos meios de produção e na alínea f) apresenta a proteção do setor cooperativo. Esta ideologia está fortalecida no artigo 85.º da CRP, supõe que o Estado estimule e apoie a criação e a atividade de cooperativas. No artigo 82.º, n.º 4, prevê os meios de produção específicos das cooperativas.

---

<sup>8</sup> Lei n.º 51/96 de 7 de setembro de 1996, sendo que a versão mais recente foi publicada pela Lei n.º 66/2017 de 9 de agosto.

<sup>9</sup> Relativo ao Estatuto da Sociedade Cooperativa Europeia.

<sup>10</sup> Completa o Estatuto da Sociedade Cooperativa Europeia no que respeita ao envolvimento dos trabalhadores.

Namorado (2006) refere que a coexistência dos três setores é mencionada nos limites materiais da revisão (artigo 288.º alínea f) da CRP), o que significa a proteção de futuras revisões constitucionais.

A liberdade de atividade cooperativa é expressa pelo artigo 61.º n.º 2 da CRP que supõe o direito à livre constituição de cooperativas, desde que sejam adequados aos princípios cooperativos. Também no mesmo artigo n.º 3, prevê as cooperativas a puderem desenvolver livremente as suas atividades no quadro da lei e poder agrupar-se em uniões, federações e confederações e em outras formas de organização legalmente previstas.

Na CRP, também existem artigos que supõem determinados ramos do setor cooperativo. Por exemplo, no ramo do ensino, o artigo 43.º n.º 3 permite o direito à criação de escolas cooperativas. Os estabelecimentos de ensino descritos no artigo 43.º, são reconhecidos e fiscalizados pelo Estado, nos termos do artigo 75.º n.º 2 da CRP. Relativamente ao ramo agrícola, está presente no artigo 97.º que o Estado prevê a concessão de assistência técnica, a criação de formas de apoio à comercialização, o apoio à cobertura de riscos resultantes dos acidentes climáticos e como o estímulo ao associativismo, particularmente à constituição de cooperativas de produção e comércio. O ramo do consumo está presente no artigo 60.º n.º 3, que prevê que as cooperativas de consumo têm direito a serem ouvidas sobre questões que digam respeito aos consumidores. No artigo 65.º n.º 2 alínea d), está presente o ramo de habitação e construção. O Estado prevê a incentivação e apoio na criação de cooperativas de habitação que ofereçam uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar. As cooperativas de solidariedade social, presentes no artigo 63.º n.º 5, prevê que o Estado tem o dever de apoiar e fiscalizar a atividade e funcionamento das instituições particulares de solidariedade social e outras de reconhecido interesse público sem caráter lucrativo.

## **1.5 Código Cooperativo**

Após a Revolução dos Cravos, o primeiro Código Cooperativo surge apenas quatro anos depois. Nesse período as cooperativas eram geridas pelo Código Comercial.<sup>11</sup> Em 1980 foi aprovada a primeira versão do Código Cooperativo, tendo este já sofrido várias

---

<sup>11</sup> Prossegue a ser usado para colmatar as lacunas do Código Cooperativo (artigo 9.º do Código Cooperativo)

alterações. A versão mais recente do Código Cooperativo é aprovada pela Lei n.º 66/2017 em 9 de agosto de 2017.

Quadro 1.2- Resumo do Código Cooperativo

<b>Capítulos do Código Cooperativo</b>	<b>Resumo (em artigos)</b>
<b>Capítulo I</b> - Disposições Gerais	Noção de cooperativa (artigo 2.º); Princípios cooperativos (artigo 3.º); Ramos do setor Cooperativo (artigo 4.º); Espécies de cooperativas e Membros (artigo 5.º).
<b>Capítulo II</b> - Constituição	Elementos dos estatutos (artigo 16.º).
<b>Capítulo III</b> - Membros	Direitos dos cooperadores (artigo 21.º); Deveres dos cooperadores (artigo 22.º); Responsabilidade dos cooperadores (artigo 23.º).
<b>Capítulo IV</b> - Órgãos das Cooperativas	Órgãos (artigo 27.º); Definição, composição e deliberações da assembleia geral (artigo 33.º); Competência da assembleia geral (artigo 38.º); Competência (artigo 47.º, referente ao Conselho de Administração).
<b>Capítulo V</b> - Regime Económico	Capital Social (artigo 81.º); Entrada mínima a subscrever por cada cooperador (artigo 83.º); Reserva Legal (artigo 96.º); Reserva para Educação e Formação Cooperativa (artigo 97.º).
<b>Capítulo VI</b> - Uniões, Federações, Confederações	Uniões (artigo 102.º); Federações (artigo 106.º); Confederações (artigo 107.º).
<b>Capítulo VII</b> - Da Fusão, Cisão, Transformação, Dissolução, e Liquidação de Cooperativas	Formas de fusão de Cooperativas (artigo 109.º); Cisão de cooperativas (artigo 110º); Nulidade da transformação (artigo 111.º); Dissolução (artigo 112º); Processo de liquidação e partilha (artigo 113.º); Destino do Património em Liquidação (artigo 114.º).
<b>Capítulo VIII</b> - CASES	Atribuições da CASES (artigo 115.º); Credenciação (artigo 117.º).
<b>Capítulo IX</b> - Disposições Finais e Transitórias	Aplicação do Código Cooperativo às cooperativas existentes (artigo 119.º); Benefícios Fiscais e Financeiros (artigo 120.º); Contraordenações (artigo 121.º).

## **1.6 Fiscalidade cooperativa**

Em 1998 foi aprovado o Estatuto Fiscal Cooperativo, pela Lei 85/98 de 16 de dezembro, que posteriormente revogada por várias versões sendo a mais recente a Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

De acordo com o artigo 85.º n.º 2 da CRP, o Estado prevê benefícios fiscais e financeiros das cooperativas. Igualmente, através da LBES no seu artigo 11.º, indica que “*As entidades da economia social beneficiam de um estatuto fiscal mais favorável definido por lei em função dos respetivos substrato e natureza.*”.

Deste modo, o Estatuto Fiscal Cooperativo veio conferir os benefícios fiscais que as cooperativas possuem direito.

Assim, pelo artigo 66.º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), as cooperativas são subdivididas em dois grupos.

Um primeiro grupo abrange as cooperativas agrícolas, culturais, de consumo, de habitação e construção e de solidariedade social. Conforme o n.º 1<sup>12</sup> do artigo 66.º-A do EBF estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com exceção dos resultados provenientes de operações com terceiros e de atividades alheias aos próprios fins. Por outras palavras, as operações com terceiros são operações efetuadas entre a cooperativa e não-associados. Por sua vez, as operações efetuadas através da expressão “atividades alheias aos próprios fins” são aquelas que não estão relacionadas com o seu objeto. Por exemplo, a venda de um bem ou de uma propriedade para liquidar uma dívida financeira que colocava em causa a solvabilidade da cooperativa.

Nos termos do n.º 4, a isenção do n.º 1 não abrange os rendimentos sujeitos a IRC por retenção na fonte.<sup>13</sup> Os rendimentos previstos são:

- i.** Rendimentos provenientes de propriedade intelectual ou industrial;
- ii.** Rendimentos derivados do uso ou da concessão de equipamento agrícola, industrial, comercial ou científico;
- iii.** Rendimentos de aplicação de capitais;
- iv.** Renumerações auferidas na qualidade de membro de órgãos estatutários de pessoas coletivas e outras entidades;
- v.** Prémios de jogo, lotarias, rifas e apostas mútuas;
- vi.** Rendimentos derivados do exercício em território português da atividade de profissionais de espetáculos ou desportistas;

---

<sup>12</sup> Os números mencionados, daqui por diante, sem indicação de proveniência, pertencem ao artigo 66.ºA do EBF.

<sup>13</sup> Artigo 94.º do Código do IRC.

- vii. Rendimentos provenientes da intermediação na celebração de quaisquer contratos;
- viii. Rendimentos de outras prestações de serviços realizadas ou utilizadas em território português com exceção dos relativos a transportes, comunicações a atividades financeiras.

Um segundo grupo abrange as cooperativas de artesanato, de comercialização, de crédito, de ensino, de pescas, de produção operária e de serviços. Conforme o n.º 2, as cooperativas deste segundo grupo estão isentas de IRC se cumprirem os seguintes requisitos:

- i. *“75% das pessoas que nelas auferam rendimentos do trabalho dependente sejam membros da cooperativa;*
- ii. *75% dos membros da cooperativa nela prestem serviço efetivo.”.*

Deste modo, as cooperativas mencionadas no n.º 2 estão isentas de IRC, relativo a todos os rendimentos, independentemente do tipo de atividade ou operações que lhe deem origem (Aguiar, 2014).

No que concerne com o n.º 6 estão isentos de IRC os apoios e subsídios financeiros atribuídos pelo Estado como compensação pelo exercício de funções de interesse e utilidade pública e os rendimentos resultantes das quotas pagas pelas cooperativas associadas a cooperativas de grau superior.

De acordo com o n.º 7, as despesas realizadas em aplicação da reserva para educação e formação cooperativa podem ser consideradas como gasto para efeitos de determinação do lucro tributável em IRC, no período em que sejam suportadas e no valor correspondente a 120% do total.

## **1.7 Economia social**

Graça (2013, p.217), citando através do relatório *The Social Economy in the European Union* (2012), refere que a ES<sup>14</sup> é

*“um conjunto de empresas privadas, organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, criadas para satisfazer as necessidades dos seus*

---

<sup>14</sup> Também conhecido por “terceiro setor”, “setor não lucrativo”, “entidades sem fins lucrativos” e “organizações não-governamentais”.

*membros através do mercado, produzindo bens e serviços, assegurando o financiamento, onde o processo de tomada de decisão e distribuição de benefícios ou excedentes pelos membros não estão diretamente ligados ao capital ou quotizações de cada um, correspondendo a cada membro um voto.*

*A Economia Social agrupa também as entidades privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, que produzem serviços não mercantis para as famílias e cujos excedentes, quando existem, não podem ser apropriados pelos agentes económicos que os criam, controlam ou financiam.”.*

A 8 de maio de 2013, foi publicada a Lei n.º 30/2013, a LBES.<sup>15</sup> Nos termos do n.º 1 do artigo 2.º da LBES, Meira (2013, p.232) define a ES: “*o conjunto das atividades económico sociais, livremente levadas a cabo por entidades referidas no artigo 4.º da presente lei*”,<sup>16</sup> atividades estas que “*têm por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes.*”.

Tal como referido anteriormente, a CRP considera a coexistência de três setores: o setor público, o setor privado e o setor cooperativo e social. O setor da ES distingue-se entre o Estado e as entidades que visam lucro.<sup>17</sup>

Para Rui Namorado a ES “*responde à exclusão, à pobreza, à frustração, ao sofrimento, à exploração, não porque sejam eternas, mas para que sejam vencidas.*”.<sup>18</sup>

---

<sup>15</sup> Assume-se como uma lei geral, cujo objetivo primordial é o reconhecimento institucional e jurídico explícito do setor da economia social e determina medidas de incentivo à sua atividade em função dos princípios e fins que lhe são próprios.

<sup>16</sup> São abrangidas por esta lei entidades como as cooperativas, as associações, as mutualistas, as misericórdias, as fundações, as instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas categorias anteriormente referidas, as associações com fins altruísticos que desenvolvem a sua atividade no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, as entidades abrangidas pelos setores comunitário e autogestionário integrados no setor cooperativo e social, e ainda outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos nesta lei e que constem da base de dados da ES.

<sup>17</sup> O Estado corresponde ao setor público e as entidades privadas ao setor privado.

<sup>18</sup> Excerto do discurso de agradecimento ao Prémio Especial Personalidade do Ano da CASES, em 8 de fevereiro de 2017, disponível em [http://www.uc.pt/feuc/ultimo\\_mes/docs/2017/marco/2017\\_-\\_03\\_-\\_01\\_-\\_Solidariedade\\_-\\_Rui\\_Namorado\\_e\\_Personalidade\\_do\\_Ano\\_para\\_a\\_CASES.pdf](http://www.uc.pt/feuc/ultimo_mes/docs/2017/marco/2017_-_03_-_01_-_Solidariedade_-_Rui_Namorado_e_Personalidade_do_Ano_para_a_CASES.pdf).

## 1.8 Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, CIPRL

A CASES foi formalmente constituída, em 4 de fevereiro de 2010, conforme previsto no DL n.º 282/2009, de 7 de outubro de 2009, que concedeu à instituição o atributo de cooperativa de interesse público.<sup>19</sup>

Como encarado nos Estatutos do artigo 4.º, a CASES tem como objetivo:

*“promover o fortalecimento do setor da economia social, aprofundando a cooperação entre o Estado e as organizações que o integram, tendo em vista estimular o seu potencial ao serviço do desenvolvimento socioeconómico do país, bem como a prossecução de políticas na área do voluntariado.”.*

As entidades cooperadoras que integram a CASES são: a ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, a CONFECOOP – Confederação Cooperativa Portuguesa, C.C.R.L., a CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, C.C.R.L., a CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a UMP – União das Misericórdias Portuguesas e a UMP – União das Mutualidades Portuguesas.

De acordo com o artigo 117.º, do Código Cooperativo, *“Compete à CASES emitir, anualmente, credencial comprovativa da legal constituição e regular funcionamento das cooperativas. O apoio técnico e financeiro às cooperativas por parte das entidades públicas fica dependente da credencial emitida pela CASES.”.*

Em 2015, conforme planeado no plano de atividades a CASES concluiu os trabalhos técnicos do projeto da credenciação *on-line*.

No dia 1 de julho de 2015, foi disponibilizado o Portal de Credenciação *on-line* com a finalidade de desmaterializar e agilizar o processo de solicitação, validação e emissão da credencial cooperativa e igualmente criar uma base de dados do setor cooperativo.

---

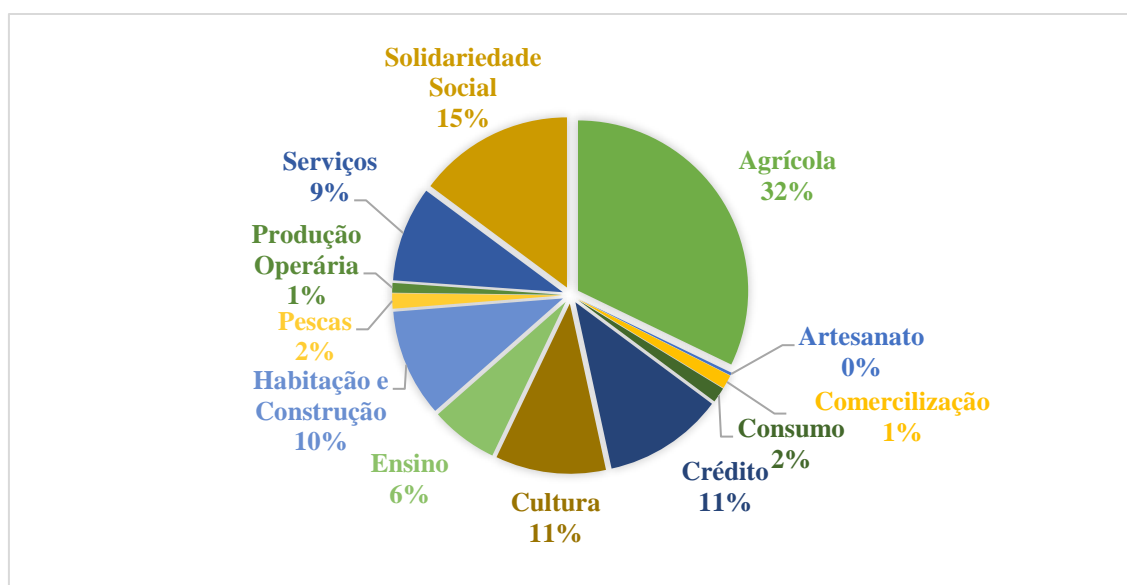
<sup>19</sup> Prevista no artigo 6.º do Código Cooperativo, também conhecido por *régies cooperativas*.

Quadro 1.3- Distribuição das cooperativas por ramo

Ramo	N.º Cooperativas
Agrícola	245
Artesanato	2
Comercialização	10
Consumo	11
Crédito	87
Cultura	80
Ensino	49
Habitação e Construção	78
Pescas	11
Produção Operária	7
Serviços	69
Solidariedade Social	113
<b>Total</b>	<b>762</b>

De 4 de janeiro de 2016 até 31 de janeiro de 2017 a CASES emitiu 762 credenciais digitais, provando assim o normal funcionamento de igual número de cooperativas. O número de credenciais poderia ser ligeiramente superior se toda a documentação enviada pelas cooperativas estivesse conforme os princípios legais. Por exemplo, a omissão do envio à CASES das alterações de Estatutos quando entrou em vigor o código cooperativo, Lei n.º 119/2015 de 31 de agosto de 2015. Bem como fica a dever-se à extinção do número de cooperativas no ano de 2016, mais concretamente 85 cooperativas.<sup>20</sup>

Gráfico 1.1- Distribuição percentual das cooperativas por ramo

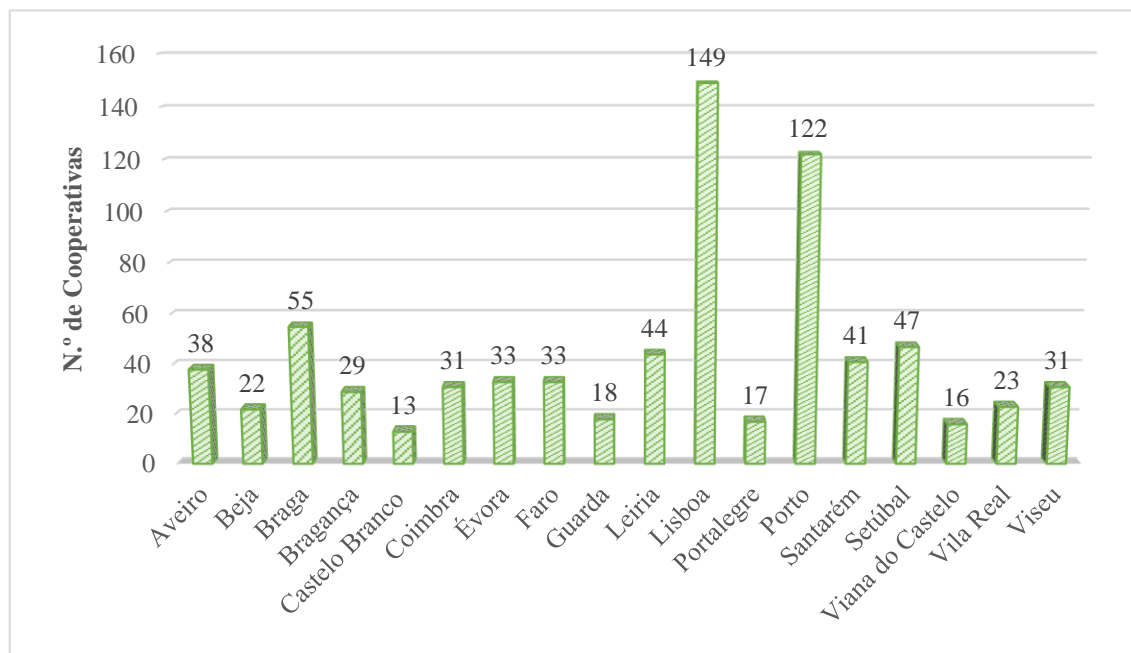


<sup>20</sup> De acordo com a demografia e credenciação do setor cooperativo disponível em <http://www.cases.pt/wp-content/uploads/2017/01/DemografiaSetorCoop2011ateDEZEMBRO2016.pdf>.



A importância de cada ramo no movimento cooperativo está evidenciada no quadro 1.3 e no gráfico 1.1. Podemos constatar que o ramo agrícola, com 245 cooperativas credenciadas, é o mais relevante. Este ramo é responsável por 32% do total das cooperativas, seguido pelo ramo de crédito e cultura ambos com 11%. Os três ramos juntos representam mais de metade das cooperativas credenciadas, mais concretamente cerca de 54%.

Gráfico 1.2- Distribuição das cooperativas por distrito



Em termos de distribuição por distritos do país verificamos com o gráfico 1.2 que Lisboa é o distrito com maior número de cooperativas credenciadas, sendo responsável por cerca de 20%. Apenas os distritos de Lisboa e Porto registam mais de 100 cooperativas credenciadas, na qual juntos representam mais de um terço (36%). Ao invés, o distrito com menor número de cooperativas credenciadas é Castelo Branco, com apenas 13.

## 2 Estágio

### 2.1 Apresentação da entidade de acolhimento

A entidade acolhedora foi a COAPE, que é uma instituição de carácter cooperativo multissetorial de referência na região, que responde aos anseios e necessidades dos seus cooperadores em toda a sua abrangência, apresentando-lhes novas propostas, algumas delas arrojadas e inovadoras, de abordagem ao setor agrícola e pecuária.

A COAPE é constituída por quatro secções, mas apenas um corpo comum, a Direção da COAPE, que define a estratégia da cooperativa, que congrega e harmoniza interesses e conflitos com uma missão: dignificar o setor agropecuário. Portanto, a COAPE procura contribuir para a modernização das explorações agrícolas e pecuárias, para o crescimento e dignificação do setor primário. Para além da comercialização dos chamados fatores de produção agrícolas e pecuárias e de máquinas e ferramentas agrícolas, também presta serviços de elaboração, aconselhamento e acompanhamento de projetos agrícola e formação profissional vocacionada essencialmente para este público-alvo. Em simultâneo, e não menos importante, também escoia alguma produção de produtores locais na secção de compra e venda e a totalidade da produção dos seus associados da secção de frutos vermelhos para o mercado internacional.

Quadro 2.1- Informações gerais da COAPE

<b>Empresa</b>	<b>COAPE - Cooperativa Agro-Pecuária dos Agricultores de Mangualde, C.R.L.</b>
<b>Sede</b>	Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 12 a 18   Rua 1º de Maio n.º 7 3534-909 Mangualde
<b>NIF</b>	501 070 796
<b>Contactos</b>	232 622 245 / 232 611 337
<b>Fax</b>	232 612 449
<b>CAE</b>	47192- Comércio a retalho em outros estabelecimentos não especializados, sem predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco.
<b>Constituição</b>	5 de julho de 1978
<b>Site</b>	<a href="http://www.coape.pt">www.coape.pt</a>
<b>Email</b>	<a href="mailto:geral@coape.pt">geral@coape.pt</a>

## **2.2 História da COAPE**

A COAPE resultou da evolução natural do antigo “Grémio da Lavoura”, criado em 1958, constituída legalmente a 5 de julho de 1978 como uma cooperativa agrícola com duas secções, designadamente, a de compra e venda e a de olivicultura.

A cooperativa passava a ter como finalidade principal, fornecer aos seus cooperadores (inicialmente olivicultores) todos os fatores de produção agrícolas de que necessitavam. Desde a sua fundação até à atualidade fez um grande esforço de modernização pois nunca deixou de acreditar na força do setor primário.

Entre 2009 e 2012 a COAPE foi alvo de uma medida de apoio, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), para a qualificação das infraestruturas, modernizando a loja da COAPE e convertendo no mesmo para espaços comerciais, que mais tarde se converteram em receitas para a COAPE.

O ano de 2013 foi marcado como o ano de arranque na cultura de mirtilo (início da secção dos frutos vermelhos), uma vez que se criaram as condições para a submissão de um número elevado de projetos de investimento neste setor, tendo a COAPE contribuído para a instalação de cerca de 100 hectares. O ano de 2015, a COAPE foi certificada como entidade formadora pela Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT). No ano seguinte é registado como o ano de arranque da secção de produtores de leite e o início do trabalho para a criação de uma Organização de Produtores.

## **2.3 Caraterização da COAPE**

Os associados da COAPE, não são apenas os responsáveis pela constituição e pela continuidade da empresa sob a forma de cooperativa. Esta comunidade é grande e já são mais de 4800 associados de diversas regiões.

Neste enquadramento, a COAPE oferece hoje um conjunto diversificado de produtos e serviços que passam pelo apoio técnico, cada vez mais especializado com a criação de áreas técnicas dentro de cada secção, especializadas em várias domínios, desde o aconselhamento e aplicação de fitofármacos, fertilizantes, podas, sistemas de irrigação e outros, para as culturas da vinha, pequenos frutos (mirtilos/ramboesas/groselhas), passando pela apicultura, pecuária (produção de leite), apoio à gestão de risco, gestão de águas de rega, até à formação de profissional e tendo como visão o desenvolvimento agrícola e rural e o aumento dos rendimentos do setor.

Como referido anteriormente, inicialmente, a cooperativa foi constituída por duas secções: a de compra e venda e a de olivicultura, sendo que neste momento esta última se encontra inativa. Atualmente tem criadas mais três secções: a Mberry's, secção de frutos vermelhos, o Centro de Investigação, Desenvolvimento e Certificação Agrícola (CIDECA), secção de ensino e formação, e a de produtores de leite, secção de leite de origem ovina e caprina.

A COAPE, como apresenta um estatuto de cooperativa multisetorial, desenvolve atividades que vão desde a comercialização dos produtos agrícolas, oriundos dos cooperadores, à venda de fatores de produção, ao aconselhamento agrícola, à formação profissional, aos seguros de colheitas, aos subsídios agrícolas, às análises químicas e biológicas e à exploração/produção agrícola (pomares). De acordo com o artigo 4.º n.º 2 do Código Cooperativo, a COAPE opta como elemento de referência pelo ramo agrícola, com vista à sua integração em cooperativa de grau superior.

As atividades desenvolvidas ao nível do ramo agrícola, funcionam por quatro secções distintas, as quais têm regulamentos internos e organização contabilística própria, de forma a evidenciar as atividades e o resultado de cada uma delas. As secções integradas no ramo agrícola são:

- i. Secção de compra e venda;
- ii. Secção de frutos vermelhos (Mberry's);
- iii. Secção de produtores de leite de origem ovina e caprina;
- iv. Secção de ensino/formação, designada CIDECA.

### **2.3.1 Secção de compra e venda**

A secção de compra e venda funciona no conceito de loja. Esta secção foi pioneira do antigo “Grémio de Mangualde”. Foi através desta secção que a COAPE conseguiu crescer com sustentabilidade e notoriedade, sendo hoje reconhecida no mercado onde atua. Os produtos comercializados destinam-se a toda a atividade agrícola e pecuária, nomeadamente, sementeiras, regas, olivicultura, poda, fertilização, fitossanidade, mas também para a criação do gado, a aquisição de maquinaria, ferramentas e utensílios de suporte a essas atividades.

Primitivamente direcionada para um género de cliente específico (pequeno agricultor e/ou produtor pecuário e consumidor final que mantém uma agricultura de subsistência), rapidamente chegou a um novo patamar, nomeadamente ao do empresário

agrícola/agropecuário que integra as respetivas secções recentemente fundadas (frutos vermelhos e produtores de leite) e ao do consumidor final que procura pela crescente oferta de produtos frescos e regionais na secção de compra e venda (frutas frescas, legumes, frutos secos, queijos, requeijões, mel, entre outros) associando a loja COAPE a uma “loja de produtor”. A grande maioria destes produtos resulta da aquisição aos seus cooperadores/integrados.

Com isso a COAPE pretende não só criar um espaço apelativo, moderno de “frescos”, com uma oferta de frutas e legumes diária, provenientes, na sua maioria, da horta/pomar do produtor, mas igualmente dinamizar o conceito de “produtos da terra e do produtor nacional”. Deste modo, contribuir para o aumento da riqueza regional e nacional. Para além dos “frescos” é também intenção criar um espaço dedicado inteiramente ao setor dos lacticínios, com larga oferta de queijos e requeijões dos produtores locais.

### **2.3.2 Secção de frutos vermelhos**

O objetivo desta secção é o apoio à instalação, produção, acompanhamento técnico, processamento e comercialização de pequenos frutos, nomeadamente mirtilos (sob a marca Mberry’s). A COAPE agrupa os pequenos produtores (a quem designam “integrados”) de uma forma organizada e legalmente suportada através de contratos de integração com a COAPE e desta com uma outra entidade, a *Euroberry-SAT Hortifrut*, que proporciona para a internacionalização do negócio dos frutos vermelhos.

A COAPE permite aos proprietários das plantações: assessoria técnica, acompanhamento permanente e ainda os fatores de produção e os equipamentos adequados à cultura de pequenos frutos (plantas, equipamentos de rega, fertilizantes e produtos fitofarmacêuticos), bem como uma permanente formação profissional e ainda apoio administrativo na submissão de candidaturas às medidas agroambientais (produção integrada) e os seguros de colheita aos melhores preços. Desta forma consegue fechar todo o ciclo, isto é, da produção aos serviços prestados até ao escoamento do produto final, uma vez que garante a comercialização de toda a sua produção através do seu parceiro *Euroberry-SAT Hortifrut*. Esta foi uma aposta da COAPE em 2014, levando e elevando a origem “*made in Portugal*” a um leque cada vez maior de clientes internacionais que já vão reconhecendo os produtos como sinónimo de qualidade e de preferência face a outras origens. Atualmente, exporta 90% da produção dos integrados

para o mercado europeu sendo os principais clientes o Reino Unido, a Holanda, a Bélgica, a França e a Espanha.

Porém, a secção Mberry's é uma atividade sazonal, o ciclo de cada campanha de comercialização inicia-se em finais do mês de maio e termina no mês de setembro. O processamento e o embalamento efetuam-se em instalações arrendadas, situadas na Cooperativa Agrícola de Mangualde, C.R.L. com quem a COAPE tem parceria. Este processo inicia-se com a receção da fruta de cada produtor, onde se realiza no imediato uma pré-inspeção da qualidade da mesma. Após o primeiro processo a fruta é transferida para a câmara de processamento, onde é feita a seleção manual e consequente controlo de qualidade, pesagem, embalamento e etiquetagem. No final, é feita a paletização e segue para a câmara de armazenamento até a sua expedição, o que normalmente ocorre ainda no próprio dia.

Entre o período de outubro a inícios de maio, o acompanhamento aos produtores é feito no terreno.

### **2.3.3 Secção de produtores de leite de origem ovina e caprina**

Em 2016, a COAPE entendeu que estaria no momento certo para levar a cabo outras atividades complementares e que, de certa forma preenchesse essa lacuna temporal de outubro a maio. Nessa medida a criação da secção de produtores de leite vem ao encontro desta ambição e, com ela, os custos com pessoal não serão incrementados, uma vez que detém efetivos suficientes para implementar a secção.

Assim, a secção é responsável pela recolha, transporte, análise e comercialização de leite de ovinos e caprinos, com uma aposta em leite de ovelha da Serra da Estrela dos seus cooperadores. O principal objetivo é valorizar o produto “leite” de ovinos e caprinos através da concentração da comercialização na COAPE.

O leite, em especial de ovelha Bordaleira (da raça autóctone da região da Serra da Estrela) é uma matéria-prima por excelência e com ela produzem-se queijos da Serra (DOP).<sup>21</sup> É nesta área que a COAPE intervém, como intermediária entre o produtor e o fabricante.

---

<sup>21</sup> Uma DOP, Denominação de Origem Protegida, identifica um produto alimentício com o nome da região.

### **2.3.4 Secção de ensino e formação**

Desde o dia 22 de abril de 2015, a COAPE foi certificada pela DGERT como Entidade Formadora, no âmbito do disposto na portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro, em três áreas de educação e formação, nomeadamente: 541- Indústrias alimentares; 621- Produção Animal e Agrícola e 623- Silvicultura e Caça.

A secção CIDECA tem como objetivo central a realização de formação profissional direcionada fundamentalmente para os cooperadores. As ações são estruturadas em função das necessidades dos seus participantes e de acordo com o enquadramento legal do setor. A formação realizada neste Centro de Formação, inclui um conjunto de ações que vão desde a formação inicial, passando pela formação contínua até à formação especializada, tendo como principais destinatários os agricultores e técnicos cooperadores.

Tendo a atividade formativa desta secção iniciado em setembro de 2015, atualmente existe um leque vasto de ações (58 ações de formação do curso Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos) e com um número considerável de formandos certificados, 1389.

### **2.3.5 Departamento financeiro**

Devido à crise financeira e económica de 2008, existiram repercussões desastrosas para a economia da zona euro e para Portugal em concreto. Apesar de todas as dificuldades inerentes a este cenário, a COAPE tem conseguido obter resultados positivos e continuar a vingar no mercado.

Cabe à Direção Financeira o controlo orçamental através da gestão da tesouraria, contabilidade e fiscalidade. Além disso, coordena o processamento de salários, os pagamentos a fornecedores e o controlo de cobranças. É também responsável pelo processo de serviço a clientes relativo à realização de auditorias.

Portanto, o departamento financeiro da COAPE é um dos pilares fundamentais da empresa pois trata de todas as questões económicas e financeiras de todas as secções da empresa.

### 2.3.6 Organograma

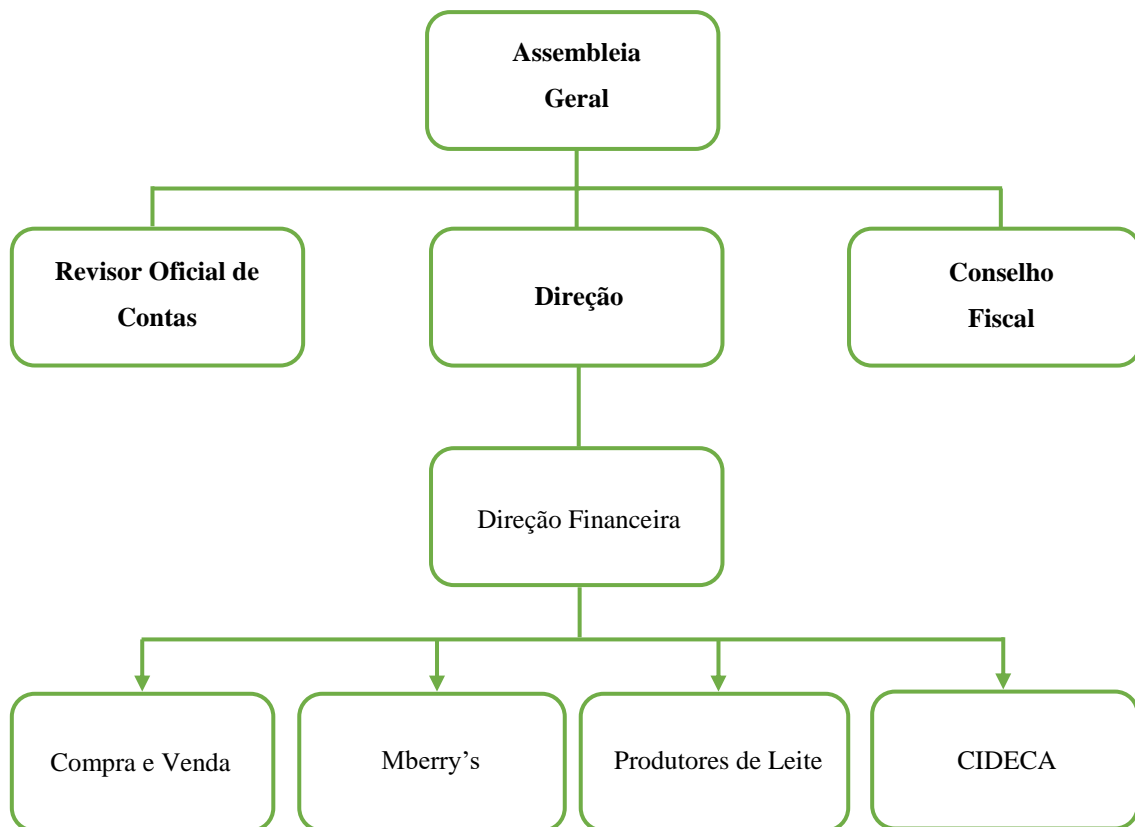


Figura 2.1- Organograma da COAPE

## 2.4 Instalações da COAPE

A sede da COAPE localiza-se na rua dos Combatentes da Grande Guerra n.º 12 a 18, em pleno centro da cidade de Mangualde. O edifício é constituído por quatro pisos: cave, rés do chão, primeiro andar e segundo andar.

No rés do chão do edifício encontra-se a loja de venda ao público de produtos e equipamentos agropecuários (secção de compra e venda) e outros serviços como uma papelaria, talho, restauração, entre outros. No primeiro andar funcionou como armazém de suporte à loja, todavia com a remodelação que está a ser realizada, podemos encontrar futuramente os seguintes serviços: ginásio, serviços jurídicos ou um cabeleireiro. Já no segundo andar localiza-se o centro de formação.

Além deste edifício, dispõe ainda de uma exploração agrícola localizada na Quinta de Cima, em Mangualde. Esta quinta é composta por uma área total de 24 hectares, onde encontramos 12 hectares de pomar de mirtilos de diferentes variedades.



## 2.5 Tarefas desenvolvidas

Este estágio tem como fundamento apoiar o departamento financeiro, com elevado grau de responsabilidade e exigências, bem como uma forte autonomia no desempenho das funções que me foram atribuídas.

Ao longo do estágio tinha a incumbência de realizar imensas tarefas, desde a área administrativa, contabilística, financeira e de recursos humanos.

Neste ponto, serão descritas as principais atividades desenvolvidas.

### 2.5.1 Software de gestão

Na fase inicial do estágio houve a necessidade de conhecer a realidade da empresa no seu dia-a-dia para ficar ciente dos métodos e técnicas de trabalho. O *software* de gestão utilizado pela COAPE é a *Desinel*, possuindo a cooperativa sete computadores e um portátil ligados através de um servidor em rede, de forma a ser rápido o acesso à informação em qualquer computador.

Deste *software* podemos destacar algumas funcionalidades:

- i. Lançamento de documentos contabilísticos;
- ii. Criação de uma ficha individual por cada cliente ou fornecedor;
- iii. Observação de extratos de conta de clientes ou fornecedores;
- iv. Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC);
- v. Mapa de vencimentos.

Portanto, podemos considerar que a *Desinel* é um *software* que permite integrar toda a informação da empresa, tendo sido criado a pensar em pequenas empresas da região.

- Ficha de clientes e fornecedores

Quando a COAPE começa a trabalhar com um novo cliente ou com um novo fornecedor cria-se no *software* um cadastro,<sup>22</sup> onde são facultados todos os dados relativos ao cliente ou fornecedor, principalmente o nome, a morada, o número de identificação fiscal, o contacto, o e-mail, o *International Bank Account Number* e as condições de pagamento.

---

<sup>22</sup> Nome designado para uma ficha individual.

- Criação de um novo cooperador

Caso o cliente deseje ser cooperador, tem que realizar um capital (quota) no valor de 100 euros num prazo máximo de quatro anos e no mínimo 25 euros anuais, podendo, por indicação e vontade do cooperador, ser definido um outro prazo inferior ao máximo estipulado. Os cooperadores, em qualquer altura, poderão ser reembolsados do valor subscrito ficando ao seu critério a seleção da opção pretendida, com dispensa de formalismo processual (por cedência de quotas, demissão ou exclusão).

- Emissão de faturas e recibos a clientes

Normalmente, a emissão de todas as faturas que se relacionam com a secção de compra e venda é da responsabilidade do gerente de loja. No que concerne a serviços prestados a responsabilidade compete ao departamento financeiro.

Na execução de uma fatura seleciona-se o cliente e, por norma, utiliza-se a referência “REF”, sendo necessário acrescentar a sua designação e aplicar a taxa de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) em vigor.

Após o recebimento do montante em dívida do cliente é necessário emitir o recibo, consoante o valor pago. Na emissão do recibo coloca-se o meio de pagamento e a respetiva data de pagamento.

- Emissão de notas de crédito a clientes

A emissão de notas de crédito é efetuada quando existe uma devolução ou quando existe um lapso na fatura, a qual já não pode ser anulada, devido à entrega ao cliente ou porque já se remeteu o ficheiro *Standard Audit File For Tax* (SAFT)<sup>23</sup> para a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

- Emissão de guias de transporte

A emissão de guias de transporte é efetuada sempre que algum veículo da cooperativa carrega qualquer tipo de produto. A comunicação da guia de transporte à AT é realizada antes do início do transporte. A guia é emitida no *software* colocando o destinatário, o tipo e a quantidade de produtos, o local de carga e descarga, a data e hora de início de

---

<sup>23</sup> De acordo com a portaria n.º 302/2016, de 2 de dezembro, o SAFT é um ficheiro em formato XML com o objetivo de permitir uma exportação fácil de um conjunto de registos contabilísticos. É entregue mensalmente através do portal e-Fatura à AT. O SAFT é enviado até ao dia 20 do mês seguinte ao qual diz respeito o mesmo, ou seja, um ficheiro do mês de fevereiro tem de ser entregue até dia 20 de março.

transporte e a matrícula da viatura. Na impressão da guia, aparecerá um código que permite a realização do transporte.

- Controlo de faturas de fornecedores

Antecedentemente ao lançamento do documento é essencial que seja feita uma análise à fatura e certificar se cumpre os requisitos do artigo 36.º n.º 5 do Código do IVA:

*“5- As faturas devem ser datadas, numeradas sequencialmente e conter os seguintes elementos: (Redação do D.L. n.º 197/2012, de 24 de agosto, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2013)*

- a) Os nomes, firmas ou denominações sociais e a sede ou domicílio do fornecedor de bens ou prestador de serviços e do destinatário ou adquirente, bem como os correspondentes números de identificação fiscal dos sujeitos passivos de imposto;*
- b) A quantidade e denominação usual dos bens transmitidos ou dos serviços prestados, com especificação dos elementos necessários à determinação da taxa aplicável; as embalagens não efetivamente transacionadas devem ser objeto de indicação separada e com menção expressa de que foi acordada a sua devolução;*
- c) O preço, líquido de imposto, e os outros elementos incluídos no valor tributável;*
- d) As taxas aplicáveis e o montante de imposto devido;*
- e) O motivo justificativo da não aplicação do imposto, se for caso disso;*
- f) A data em que os bens foram colocados à disposição do adquirente, em que os serviços foram realizados ou em que foram efetuados pagamentos anteriores à realização das operações, se essa data não coincidir com a da emissão da fatura.”.*

Após a certificação do cumprimento dos requisitos estas são lançadas no *software* de gestão, selecionando-se o nome do fornecedor, a data da fatura, a data de vencimento, o tipo de produto ou serviço adquirido (respetiva referência) e a taxa de IVA aplicável.

Após o pagamento de uma fatura é também necessário liquidar no *software* de gestão através de uma nota de pagamento. Nesse documento seleciona-se a fatura a liquidar, a data de liquidação e o modo de pagamento.

- Mapa de vencimentos

A COAPE detém um mapa de ponto onde recolhe todas as informações necessárias, nomeadamente as faltas de serviço, ausência por doença ou horas extraordinárias.

Após a recolha de toda a informação, procede-se à emissão dos recibos dos ordenados e consequente pagamento através de transferência bancária.

### **2.5.2 Arquivo dos documentos**

Como a COAPE usufrui de uma avença mensal com um Contabilista Certificado, os documentos relativos a movimentos contabilísticos são arquivados num dossier para posteriormente serem enviados para a empresa de contabilidade.

Na COAPE a organização dos documentos é feito de acordo com as seguintes pastas:

- i. **Caixa:** arquivam-se todos os documentos relativos a entradas/saídas de numerário ou cheques;
- ii. **Fornecedores:** são arquivadas as faturas e as notas de crédito referentes à aquisição de materiais e serviços;
- iii. **Clientes:** contém as faturas de venda, prestações de serviços ou notas de crédito prestados a clientes;
- iv. **Pagamentos:** inclui todos os documentos relativos aos pagamentos a fornecedores;
- v. **Recebimentos:** inclui todos os documentos relativos aos recebimentos dos clientes;
- vi. **Vencimentos:** inclui todos os vencimentos, subsídios e encargos para a segurança social;
- vii. **Bancos:** abrange todos os lançamentos que impliquem as movimentações das contas bancárias;
- viii. **Diversos:** contempla todos os lançamentos e correções através de notas de lançamento interno por exemplo: depreciações, ajustamento do ativo, e periodizações.

### **2.5.3 Conferência do saldo de caixa**

A conferência do saldo de caixa aponta, essencialmente, para a verificação da existência de numerário. A COAPE possui uma folha de “Controlo Diário” onde permite registar todas as entradas e saídas financeiras que acontecem diariamente.

Após o registo dos recebimentos, deve-se proceder ao depósito diário de todos os valores recebidos em numerário ou em cheque.

### **2.5.4 Fecho das contas**

No final do exercício, geralmente por referência ao último dia do ano civil, a COAPE procede ao encerramento das contas desse exercício, o qual abrange uma série de intervenções, nomeadamente:

- i.** Realizar através da contagem física de cada espécie de produto de forma a verificar se efetivamente coincide com a contabilidade;
- ii.** Proceder ao apuramento do resultado: operacional, antes de impostos e líquido;
- iii.** Produzir os mapas financeiros obrigatórios;
- iv.** Realizar o lançamento de fecho das contas de balanço, nas quais deverão ser reabertas no início do ano seguinte. Naturalmente que as únicas contas que irão reabrir com um saldo não nulo serão as contas do balanço.

### **2.5.5 Reconciliação bancária**

Um dos métodos de controlo interno é a reconciliação bancária, um modo de controlo administrativo e contabilístico, uma vez que as contas bancárias têm de ser analisadas com frequência.

É essencial para o controlo interno e é eficiente em todas as empresas, independentemente da sua dimensão. Visa verificar as eventuais diferenças encontradas entre o saldo bancário (por via extrato bancário) e o apurado pela contabilidade relativamente ao mesmo período de tempo. Assim, a partir do extrato bancário comparamos os valores aí existentes com os valores registados na contabilidade onde verificamos os movimentos em comum, deixando em aberto os valores que não se deparam registados na contabilidade, mas que constam do extrato bancário, ou vice-versa. Estes procedimentos são relevantes para que a informação contabilística seja credível e exata.

### **3 Análise económico-financeira de empresas**

#### **3.1 Enquadramento teórico**

Nos últimos anos, devido às evoluções ocorridas no mundo empresarial, têm sido perceptíveis as transformações realizadas ao nível da gestão dentro das empresas. Johnson e Kaplan (1987) afirmam que, da década de 20 até à 80, a contabilidade de gestão estancou, deixando de dar evoluções ocorridas dentro das empresas.

Mencionando a mesma ideia, Nabais e Nabais (2013) afirmam que as empresas portuguesas até à década de 60 não sentiram a verdadeira relevância da função financeira e a sua necessidade para uma gestão eficaz.

Inicialmente de acordo com Neves (2015), a função financeira limitava-se exclusivamente aos recebimentos e aos pagamentos resultantes da realização da sua atividade e a proteção de um saldo de disponibilidades que permitisse um funcionamento normal da empresa, isto é, um montante mínimo de meios financeiros líquidos (MFL) de segurança.

Recorrendo a Silva (2013), a evolução da função financeira está dividida em três fases:

- i. Fase Operacional:** relacionado com a gestão dos MFL;
- ii. Fase de Financiamento:** relacionado com a análise e oportunidade das fontes de financiamento;
- iii. Fase de Investimento:** relacionado com a análise e avaliação das aplicações de fundo.

Portanto, ao gestor financeiro compete-lhe analisar o impacto das decisões operacionais na tesouraria, bem como as políticas de financiamento e de investimento, isto é, à continuidade da empresa e sua sustentabilidade.

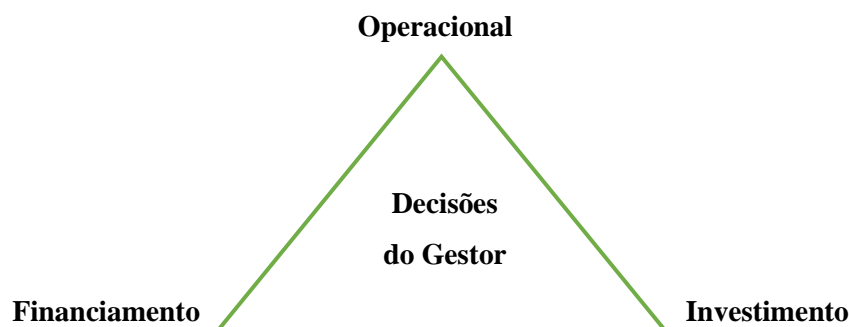


Figura 3.1- Decisões da função financeira

A análise financeira consiste num conjunto de técnicas que tem como objetivo interpretar a informação económico-financeira da empresa de forma a simplificar a tomada de decisões por parte dos gestores financeiros.

De acordo com Martins (2004, p.20), o objetivo da análise financeira *“consiste no fornecimento de técnicas de análise e de diagnóstico financeiro. Equivale à realização de uma “radiografia” da empresa, numa perspetiva de evolução temporal, detetando pontos fortes e fracos e propondo medidas que ultrapassem possíveis fraquezas detetadas.”*.

O mesmo autor refere que existe certos aspetos a considerar antes de realizar qualquer análise financeira, entre as quais:

- i.** A finalidade da análise;
- ii.** A perspetiva do analista;
- iii.** A qualidade/fiabilidade da informação;
- iv.** A dimensão da empresa e sua forma jurídica e obrigatoriedade da publicação de informação financeira;
- v.** A informação extra contabilística.

Para efetuar uma boa análise financeira da empresa é essencial ter acesso à informação financeira. Assim, de acordo com Neves (2015, p.31):

*“a partir do exame dos documentos contabilísticos financeiros históricos (Balanços, Demonstrações de Resultados e Demonstrações de Fluxos de Caixa), procura examinar a evolução da situação financeira e da rendibilidade da empresa, com vista a detetar tendências futuras e a dar recomendações sintonizadas com a estratégia da organização.”*.

Para Martins (2004), num processo de análise financeira, a empresa deve ser abordada segundo quatro óticas:

- i.** Análise económica ou da rendibilidade;
- ii.** Análise do equilíbrio financeiro;
- iii.** Análise do risco;

**iv. Análise do comportamento bolsista.<sup>24</sup>**

A análise financeira baseia-se, principalmente em alguns aspetos que afetam os indicadores económico-financeiros das entidades, como o equilíbrio financeiro, a rendibilidade dos capitais e o risco. Assim, de acordo com Fernandes, Peguinho, Vieira & Neiva (2016), a rendibilidade permite avaliar a capacidade da empresa em gerar resultados.<sup>25</sup> O equilíbrio financeiro traduz a capacidade de a empresa liquidar os seus compromissos financeiros a curto prazo, bem como os de médio e longo prazo. Em relação ao risco, indica a incerteza relativamente a acontecimentos futuros e ao seu impacto para a empresa.

Segundo Brandão (2008), a análise económica está relacionada com a rendabilidade, isto é, tem como objetivo analisar a capacidade da empresa para gerar resultados e remunerar os capitais dos investidores, enquanto que a financeira estuda se a empresa está em condições de sobreviver no curto e médio/longo prazo.

Concluindo, para Fernandes, *et al.* (2016) referem que a análise financeira pretende:

- i.** Avaliar a evolução da situação financeira e de rendibilidade da empresa;
- ii.** Detetar tendências futuras de evolução;
- iii.** Conceder informações para a gestão;
- iv.** Sugerir medidas corretivas.

Os gestores não se devem limitar a efetuar uma análise estática interna, mas antes observar a evolução dos referidos indicadores ao longo do tempo, efetuando comparações com o conjunto das empresas do setor e com os seus concorrentes mais diretos (*benchmarking*).

Segundo Moreira (2001, p.185), citando Cohen (1996), refere que uma boa análise financeira:

*“não é só uma análise que apresenta um cálculo correto para certos indicadores ou uma apresentação sem falhas de quadros ou esquemas. Deve também identificar as características financeiras mais relevantes da empresa em questão*

---

<sup>24</sup> A análise do comportamento bolsista/mercado aplica-se a empresas cotadas, ou seja, não se aplica ao caso concreto da COAPE.

<sup>25</sup> Recursos utilizados como o ativo e o capital próprio.



e, eventualmente, hierarquiza-las, para atingir uma informação pertinente da situação, da atividade, e uma previsão esclarecida das perspectivas de evolução.”.

Através da figura 3.2 pode-se concluir que a análise financeira é um instrumento fundamental para o processo de tomada de decisões.

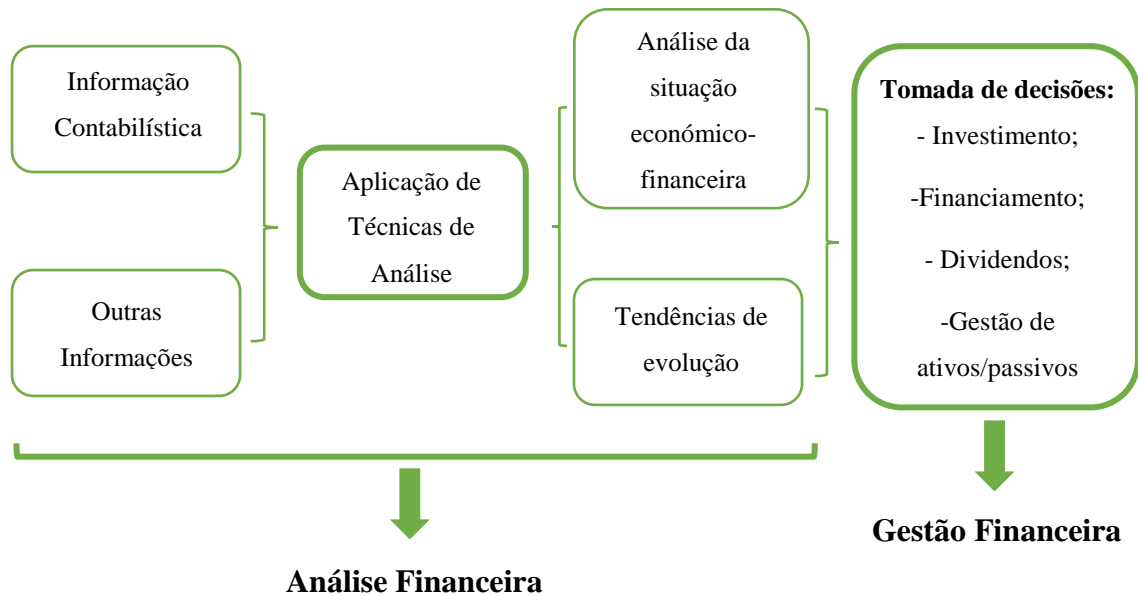


Figura 3.2- Evolução da informação financeira

Fonte: Adaptado de Fernandes, *et.al* (2016, p.32)

### 3.2 Utilizadores da análise financeira

Segundo Fernandes *et al.* (2016), a análise da situação económico-financeira das empresas afeta os *stakeholders* das empresas, visto que todos eles necessitam de informação financeira que seja útil para o apoio à sua tomada de decisão.

A categoria de *stakeholders* engloba um leque de utilizadores, entre os quais:

- i. **Gestores:** necessitam da informação económico-financeira, pois dependem dela para a tomada de decisão;
- ii. **Acionistas/Sócios:** necessitam da informação económico-financeira que os ajudem na tomada de decisão relativa à aquisição, manutenção, ou venda de uma determinada participação na empresa;
- iii. **Clientes:** necessitam da informação económico-financeira que lhes permite saber a eventual continuidade na empresa;

- iv. **Fornecedores:** necessitam da informação económico-financeira essencialmente preocupando-se com a capacidade de a empresa pagar os seus compromissos nas respetivas datas de vencimento;
- v. **Credores de médio e longo prazo:** necessitam da informação económico-financeira para analisar a capacidade de a empresa amortizar os empréstimos contraídos, bem como os juros;
- vi. **Trabalhadores e sindicatos:** necessitam da informação económico-financeira essencialmente preocupando-se com a estabilidade financeira da empresa, ou seja, a capacidade de a empresa pagar as respetivas remunerações, oferecer benefícios e criar oportunidades de emprego;
- vii. **Administração fiscal:** necessitam da informação económico-financeira, por razões fiscais bem como para a elaboração de estatísticas.

### **3.3 Recolha de informação**

A análise económico-financeira de uma entidade é elaborada através de dados retirados dos principais documentos financeiros: o balanço, a DR, a demonstração de variações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa, o anexo, dados cedidos por centrais de balanços e centrais de estatísticas.

De acordo com Carvalho e Magalhães (2005), denomina-se económico quando compara os resultados gerados e a sua origem, tendo por base a DR, e denomina-se financeiro quando observa a análise patrimonial da empresa procurando detetar as origens dos recursos, ou seja, quem financiou a empresa, e as aplicações subsequentes, e tem por base o balanço da empresa.

### **3.4 Métodos e técnicas de análise financeira**

Recorrendo a Moreira (2001) e a Fernandes *et al.* (2016), a análise financeira assenta num conjunto diverso de métodos e técnicas de análise, entre as quais:

- i. **Método dos rácios:** técnica de análise financeira mais comum, na qual permite a aquisição de informação de uma simples leitura dos valores absolutos constantes das demonstrações financeiras das empresas, relacionados entre si;
- ii. **Análise de demonstrações financeiras de um único período:** técnica aplicada a qualquer demonstração financeira, porém revela uma limitação significativa,

sendo que a análise se restringe a um único período. Portanto, não é possível traduzir nenhuma evolução da empresa;

- iii. **Comparação de demonstrações financeiras sucessivas:** técnica que permite a comparação de demonstrações financeiras de períodos anteriores, ou seja, é possível detetar as tendências da evolução passada;
- iv. **Análise estática:** técnica que corresponde essencialmente na análise do desempenho financeiro da empresa, centrando-se fundamentalmente na informação das rubricas do balanço;
- v. **Análise dinâmica:** técnica que assenta por base a utilização de fluxos financeiros, pelo que tem a demonstração de fluxos de caixa como documento financeiro mais usual;
- vi. **Análise da qualidade dos resultados:** técnica que tem como objetivo a apreensão do risco da empresa através da avaliação de fatores que reforçam a qualidade dos resultados, e detetar sinais de perigo que permite aferir a existência ou não da qualidade dos resultados a partir da leitura das demonstrações financeiras;
- vii. **Análise do risco:** desde logo, pelo termo risco, está relacionado com a incerteza face à ocorrência de determinados acontecimentos futuros. Assim, esta técnica visa a apreensão do grau de sensibilidade dos resultados futuros da empresa;
- viii. **Orçamentação ou previsão:** esta técnica tem como principal função a projeção dos resultados da empresa, sendo o equilíbrio financeiro avaliado pela capacidade da empresa em solver as suas dívidas.

### **3.5 Método dos rácios**

De acordo com Neves (2015), a construção de rácios é a técnica mais usada pela análise financeira, na medida em que permite estabelecer relações entre contas e agrupamento de contas do balanço, da DR e da demonstração dos fluxos de caixa. O cálculo de rácios é muito utilizado pelos responsáveis financeiros das empresas, pois possibilitam que a análise seja feita de forma acessível e compreensível. Contudo, os rácios são quocientes entre duas grandezas, cujo valor possui um significado económico.

A seleção dos rácios a usar depende do objetivo da análise, assim é feita uma classificação dos mesmos. Portanto, podem classificar-se os rácios nas seguintes categorias:

- i. **Rácios financeiros:** Autonomia Financeira, Solvabilidade, Endividamento e Liquidez;
- ii. **Rácios económicos:** Rendibilidade Operacional das Vendas (ROV) e Rendibilidade Líquida das Vendas (RLV);
- iii. **Rácios económico-financeiros:** Rendibilidade do Capital Próprio (RCP), Rendibilidade Operacional do Ativo (ROA) e Rendibilidade do Ativo (RAT);
- iv. **Rácios de atividade:** Rotação do Ativo, Rotação dos Inventários, Prazo Médio de Recebimento (PMR), Prazo Médio de Pagamento (PMP) e Prazo Médio dos Inventários (PMI);
- v. **Rácios técnicos:** Produtividade do trabalho;
- vi. **Rácios de mercado:** *Payout Share*, *Price to Earnings Ratio* e *Price Book Value*

Segundo Fernandes *et al.* (2016), a utilização do método dos rácios tem certas vantagens como:

- i. São práticos e fáceis de construir, na medida em que os elementos necessários ao seu cálculo são relativamente fáceis de obter;
- ii. Permitem sintetizar uma grande quantidade de informação dispersa pelas demonstrações financeiras;
- iii. Permitem relacionar vários indicadores que possam estar interligados;
- iv. Permitem comparações no tempo e no setor.

Apesar da sua importância na análise financeira, os rácios não estão isentos de limitações. Utilizam-se permanentemente para quase todos os fins, por isso devem-se usar com alguma ponderação, sob pena de retirar conclusões com pouco significado. Assim, as principais limitações são:

- i. Os critérios distintos de elaboração de um mesmo rácio;
- ii. Os dados meramente quantitativos. Carência de fatores como a qualidade dos gestores e a motivação;
- iii. A inexistência de um único modelo para cada rácio. Dois analistas financeiros podem calcular de formas diferentes o mesmo rácio, dependendo da construção de cada um;
- iv. A leitura de um rácio de uma forma isolada não pode ou pelo menos não deve dizer nada ao analista. O rácio tem de ser analisado no contexto da empresa;

- v. A comparação entre empresas do mesmo setor poderá não ser correta devido às diversidades dos métodos contabilísticos usados. Igualmente a comparação entre diferentes períodos de tempo é afetada.

### 3.5.1 Rácios financeiros

Os rácios financeiros medem a capacidade que a empresa tem em cumprir os seus compromissos. Por outro lado, permitem avaliar a combinação das diferentes origens de capitais a que empresa recorre para financiar os seus ativos. A informação usada para o cálculo dos rácios provém do balanço da empresa.

Para esta análise destacam-se os rácios de solvabilidade, de autonomia financeira, de endividamento e de estrutura de endividamento.

- Rácio de Solvabilidade

De acordo com Silva (2013, p.181) “*uma empresa está solvente do ponto de vista económico quando apresenta uma situação patrimonial que garanta o seu passivo e quando apresenta expectativas de resultados que garantam a sua sobrevivência futura.*”. Determina a capacidade da empresa em satisfazer os seus compromissos independentemente do prazo de vencimento. Um valor superior a 1 significa que o capital próprio (CP) é suficiente para cobrir a totalidade dos passivos.

$$\text{Solvabilidade} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Capital Alheio}}$$

- Rácio de Autonomia Financeira

Representa a dimensão do ativo total da empresa que é financiada com o capital próprio. Determina a solidez financeira da empresa e a sua capacidade para cobrir os seus compromissos médio e longo prazo. Quanto maior o valor, maior a dimensão do capital próprio no financiamento do ativo.

$$\text{Autonomia Financeira} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Ativo Total}}$$

- Rácio de Endividamento

Este rácio determina a dimensão do passivo no total de financiamento da empresa. O grau de endividamento pode variar entre 0 e 1, porém, um elevado peso do passivo pode colocar a solidez e o equilíbrio financeiro em causa. Existe um caso pouco desejável

denominado de “falência técnica”, na medida em que o passivo de uma empresa seja maior que o ativo e, portanto, os capitais próprios sejam negativos.

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Capital Alheio}}{\text{Capital Próprio} + \text{Capital Alheio}}$$

O rácio de estrutura do endividamento verifica se o endividamento da empresa recai maioritariamente de curto prazo ou de médio/longo prazo. Se o endividamento for maioritariamente de curto prazo, maiores serão as pressões à tesouraria do que se esse endividamento fosse de longo prazo. Assim, quanto maior o passivo não corrente, melhor a solidez e equilíbrio financeiro da empresa.

$$\text{Estrutura do Endividamento} = \frac{\text{Passivo Corrente}}{\text{Capital Alheio}}$$

### **3.5.2 Rácios de atividade**

Os rácios de atividade, também designados como rácios de funcionamento, servem para analisar a eficiência das decisões na gestão dos recursos aplicados na atividade de uma empresa. Estes rácios só são significativos se forem comparados entre empresas do mesmo setor e com normas contabilísticas, características tecnológicas e de mercado semelhantes.

Para esta análise são utilizados os rácios de rotação do ativo, rotação dos inventários e os prazos médios.

- Rotação do Ativo

Rácio que indica o grau de utilização dos ativos da empresa através das vendas. Dada a especificidade da atividade de cada empresa não é possível recomendar valores que se possam considerar como ideais, porém, quanto mais elevado o valor tendencialmente é melhor, logo, traduz-se numa eficiência da empresa no aproveitamento dos ativos.

$$\text{Rotação do Ativo} = \frac{\text{Volume de Negócios}}{\text{Ativo Total}}$$

- Rotação dos Inventários

Representa a quantidade de *stock* em armazém que são renovados durante o exercício económico. Dada a atividade específica de cada empresa não é possível determinar um

valor de referência. Porém, um valor elevado pode significar um sinal de eficiência da empresa.

$$\text{Rotação dos Inventários} = \frac{\text{Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas}}{\text{Inventários}}$$

- Prazo Médio de Inventários

O PMI revela o tempo médio que os *stocks* permanecem em armazém. À semelhança do que se referiu no ponto anterior não há um valor de referência. É frequente articular este rácio com a rotação dos inventários.

$$\text{Prazo Médio de Inventários} = \frac{\text{Inventários}}{\text{Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas}} \times 365$$

- Prazo Médio de Recebimento

O PMR é o rácio que mede a eficiência e a rapidez com que os clientes demoram a liquidar as suas dívidas. Um PMR excessivo é financeiramente desfavorável à empresa, o que pode revelar problemas de tesouraria, ineficácia do departamento de cobranças<sup>26</sup> ou um fraco poder negocial da empresa.

$$\text{Prazo Médio de Recebimento} = \frac{\text{Clientes}}{\text{Volume de Negócios} \times (1 + \text{taxa de IVA})} \times 365$$

- Prazo Médio de Pagamento

O PMP é o rácio que indica o tempo que a empresa demora a liquidar as suas dívidas. Dada a atividade específica de cada empresa não é possível determinar um valor de referência, pois, depende do volume de compras realizado pela empresa e da sua capacidade de negociação. Porém, um valor elevado pode revelar dificuldades da empresa em satisfazer os seus compromissos ou um forte poder negocial perante os seus fornecedores. Um valor baixo pode significar descontos e vantagens económicas concedidos pelos fornecedores.

$$\text{Prazo Médio de Pagamento} = \frac{\text{Fornecedores}}{\text{Compras} \times (1 + \text{taxa de IVA})} \times 365$$

---

<sup>26</sup> Caso o PMR verificado ser superior ao negociado.

### 3.5.3 Rácios de liquidez

A liquidez de uma empresa representa a facilidade do valor dos ativos se transformar em disponibilidades imediatas para fazer face aos compromissos. Assim têm como objetivo avaliar a capacidade de uma empresa cumprir as suas responsabilidades exigíveis a curto prazo. Deste modo, as informações dos rácios de liquidez complementam a análise do equilíbrio financeiro de curto prazo.

Quanto mais elevado for o resultado apresentado, maior será a capacidade da empresa em satisfazer os seus compromissos, logo maior a probabilidade do credor de curto prazo ser restituído pelo crédito concedido. Deste modo, distinguem-se, entre outros, três rácios de liquidez:

- i. Liquidez Geral (LG);
- ii. Liquidez Reduzida (LR);
- iii. Liquidez Imediata (LI).

- Rácio de Liquidez Geral

Este rácio permite medir a capacidade de uma empresa converter os ativos em MFL para cobrir as suas dívidas correntes.

Em regra geral, é habitual assumir que valores superiores a 1 representam uma situação financeira favorável no curto prazo. Porém, dependendo do tipo de atividade da empresa um valor muito elevado poderá significar existências, dívidas de clientes excessivas ou também MFL em excesso, os quais poderiam ser investidos de uma forma mais rentável.

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$$

- Rácio de Liquidez Reduzida

Segundo Neves (2015), este rácio é idêntico ao anterior, porém exibe a dificuldade na transformação imediata dos inventários em disponibilidades no curto prazo. Este indicador é adequado para destacar a relevância dos inventários, pois se houver uma relativa diferença entre a LG e a LR, poderá significar que há *stocks* com peso significativo a influenciar a liquidez.



Para Silva (2013, p.185), “*um valor significativamente inferior a 1 tanto pode querer dizer que a empresa mostra dificuldades de pagamento atuais ou futuras com pode querer dizer que sabe gerir bem a tesouraria e evita a liquidez inútil e dispendiosa.*”.

$$\text{Liquidez Reduzida} = \frac{\text{Ativo Corrente} - \text{Inventários}}{\text{Passivo Corrente}}$$

- Rácio de Liquidez Imediata

Tal como os dois rácios citados anteriormente, a LI permite avaliar a capacidade de a empresa solver os seus compromissos de curto prazo, mas neste caso recorrendo apenas aos MFL. Dada a atividade específica de cada empresa, não é possível revelar valores de referência. No entanto, valores muito elevados podem significar uma péssima aplicação dos fundos de tesouraria ou uma diminuição de atividade.

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Meios Financeiros Líquidos}}{\text{Passivo Corrente}}$$

### 3.5.4 Rácios de rendibilidade

A análise da rendibilidade visa fundamentalmente avaliar a eficiência e a capacidade de a empresa gerar resultados. Segundo Silva (2013, p.171), os rácios de rendibilidade são usados para “*determinar a eficiência com que a empresa está a utilizar os seus ativos. Revelam aspetos da situação económica e relacionam resultados com a atividade que os gera, ou resultados com os capitais investidos e que tornaram possível a atividade.*”. Para a análise da rendibilidade existem vários rácios que possibilitam a compreensão do desempenho da empresa.

- Rendibilidade Operacional das Vendas

Este rácio analisa a capacidade da empresa para gerar lucros entre o resultado (mais propriamente o resultado operacional (RO)) e as vendas. Quanto maior o valor do rácio, maior a propensão para a empresa gerar lucros.

$$\text{Rendibilidade Operacional das Vendas} = \frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Volume de Negócios}}$$

- Rendibilidade Líquida das Vendas

Este rácio permite analisar a margem total das vendas após os efeitos de financiamento e fiscal. Igualmente como a ROV, quanto maior o valor do rácio, maior a propensão para a empresa gerar lucros.

$$\text{Rendibilidade Líquida das Vendas} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Volume de Negócios}}$$

- Rendibilidade do Ativo

Demonstra o resultado alcançado pela empresa face aos investimentos nos ativos, ou seja, apresenta a capacidade dos ativos da empresa em gerar lucros.

Há semelhança dos rácios anteriores, quanto maior o valor deste rácio, maior a performance em termos na utilidade dos ativos em produzir bons resultados.

$$\text{Rendibilidade do Ativo} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Ativo}}$$

- Rendibilidade Operacional do Ativo

Neste caso temos a mesma funcionalidade que o rácio anterior, mas este é o melhor para comparações entre empresas da mesma atividade com diferentes situações fiscais e possibilita separar os resultados da atividade associados ao financiamento. Quanto maior a ROA maior a performance em termos na utilidade dos ativos em produzir bons resultados.

$$\text{Rendibilidade Operacional do Ativos} = \frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Ativo}}$$

- Rendibilidade do Capital Próprio

A RCP representa a remuneração dos sócios/acionistas das empresas, avaliando a taxa de retorno de capital que investiram. Sendo assim, a RCP mede a eficácia e a capacidade que os CP têm para gerar lucros. Quanto maior o valor deste rácio mais atrativa ao investimento é a empresa.

$$\text{Rendibilidade do Capital Próprio} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capital Próprio}}$$

### 3.5.5 Rácios técnicos

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) é o resultado final da produção realizada no período, deduzida dos consumos intermédios utilizados nesse período para gerar a referida produção, medindo a criação de riqueza pela empresa num dado período económico.

$$\text{Valor Acrescentado Bruto} = \text{Valor Bruto de Produção} - \text{Consumos Intermédios}$$

No que concerne à produtividade, esta indica a eficiência dos meios e a eficácia das atividades de uma empresa. A produtividade aumenta quando se consegue uma maior produção com os mesmos ou menores recursos.

$$\text{Produtividade} = \frac{\text{Valor Acrescentado Bruto pela empresa num período}}{\text{Recursos utilizados nesse período para gerar aquele Valor Acrescentado Bruto}}$$

Do ponto de vista teórico tendo por base a produtividade global da empresa, incluir-se-iam todos os recursos utilizados no período para gerar o valor do VAB. Isto, porque o VAB não depende apenas de um tipo de recurso, mas sim da utilização do conjunto de todos eles.

No entanto, do ponto de vista prático, tal não é adequado visto que o valor resultante seria de difícil interpretação. Assim, o que se faz na prática é calcular o que normalmente se designa de produtividades específicas, entre as quais:

$$\text{Produtividade do trabalho} = \frac{\text{Valor Acrescentado Bruto}}{\text{n.º médio de trabalhadores}}$$

ou

$$\text{Produtividade do trabalho} = \frac{\text{Valor Acrescentado Bruto}}{\text{Gastos com o pessoal}}$$

### 3.6 Indicadores de equilíbrio financeiro de curto prazo

Uma forma de estudar a estrutura financeira é através do conceito de equilíbrio financeiro. A análise do equilíbrio financeiro pode ser efetuada através da abordagem tradicional e da abordagem funcional.

De acordo com Moreira (2001, p.135), define-se a abordagem tradicional como sendo “*o estudo do equilíbrio financeiro a partir da confrontação da temporalidade dos recursos e aplicações da empresa ou, o que é o mesmo, a partir da confrontação temporal da exigibilidade das responsabilidades da empresa com a liquidez dos respetivos ativos*”. O

fundo de maneo (FM) é o indicador do equilíbrio financeiro no domínio da abordagem tradicional. Nabais e Nabais (2013) referem que este indicador representa uma margem de segurança, uma vez que garante a capacidade de a empresa cumprir as suas obrigações no curto prazo.

$$\text{Fundo de Maneio} = \text{Ativo Corrente} - \text{Passivo Corrente}$$

ou

$$\text{Fundo de Maneio} = \text{Capital Permanente} - \text{Ativo Fixo}$$

No entanto, Neves (2009, p.162) refere que o FM é:

*“a fração de capital necessária ao financiamento do ciclo de exploração, mas o seu cálculo, ao ser feito pela diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, não pode representar as necessidades de financiamento do ciclo de exploração, pois as rubricas de base ao cálculo incluem valores ligados a decisões relacionadas com o ciclo de exploração e o ciclo de financiamento.”.*

O mesmo autor (2009, p.162) menciona que existe a “*necessidade de uma metodologia que encare o equilíbrio financeiro em conexão com as decisões ligadas ao ciclo financeiro – exploração, investimento e financiamento.*”.

Devido às limitações da abordagem tradicional no estudo do equilíbrio financeiro de curto prazo, a abordagem funcional adiciona ao aspeto temporal dos ativos e passivos a consideração do ciclo de investimento, do ciclo de financiamento e do ciclo de exploração da empresa. Portanto, é possível alcançar uma correta harmonia entre o período de alteração dos ativos em disponibilidades e a transformação das dívidas em passivo circulante exigível. Os indicadores analisados no domínio da abordagem funcional são:

- i. **Fundo de Maneio Funcional (FMF)** – É obtido pela diferença entre os Recursos Estáveis (RE) e as Aplicações Fixas Líquidas (AFL) e é a consequência de políticas de investimento e financiamento a médio e longo prazo. Para que haja margem de segurança este indicador deverá apresentar um valor positivo.

$$\text{Fundo de Maneio Funcional} = \text{Recursos Estáveis} - \text{Aplicações Fixas Líquidas}$$

- ii. **Necessidades de Fundo de Maneio (NFM)** – está relacionado com as necessidades de financiamento do ciclo de exploração. O FMF, no mínimo, deve

cobrir as NFM. Este indicador resulta da diferença entre as Necessidades Cíclicas (NC) e os Recursos Cíclicos (RC).

$$\text{Necessidades de Fundo de Maneio} = \text{Necessidades Cíclicas} - \text{Recursos Cíclicos}$$

- iii. **Tesouraria Líquida (TL)** - relacionado com o ciclo de financiamento de curto prazo. Resulta da diferença entre a Tesouraria Ativa (TA) e a Tesouraria Passiva (TP) ou entre o FMF e as NFM. Pode ser entendido como uma margem de segurança, devido à diferença entre as disponibilidades ou quase disponibilidades e as necessidades efetivas de curto prazo da empresa.

$$\text{Tesouraria Líquida} = \text{Tesouraria Ativa} - \text{Tesouraria Passiva}$$

ou

$$\text{Tesouraria Líquida} = \text{Fundo de Maneio Funcional} - \text{Necessidades de Fundo de Maneio}$$

A figura 3.3 apresenta a divisão das rubricas do balanço funcional atendendo ao seu ciclo e convém recordar que deve existir sempre um equilíbrio temporal entre as aplicações e os recursos de fundos.

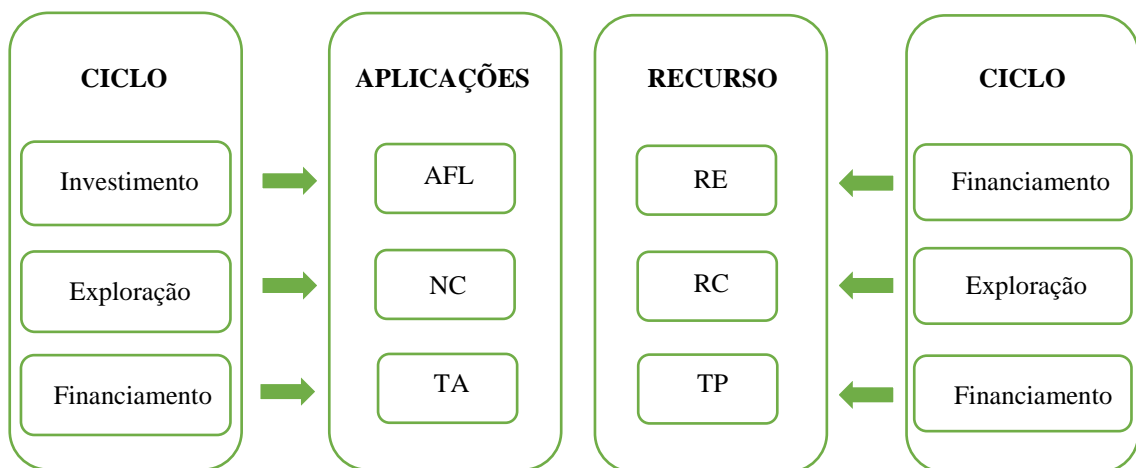


Figura 3.3- Estrutura do balanço funcional

Fonte: Adaptado de Moreira (2001, p.146)

### 3.7 Indicadores e rácios de avaliação de risco

Geralmente as pessoas associam a noção de risco como uma perda, porém o termo risco está associado ao conceito de dúvida e incerteza.

Martins (2004, p.116) refere que “a análise do risco pretende averiguar em que medida os resultados das empresas são sensíveis a um determinado conjunto de fatores que influenciam a respetiva atividade”.

Portanto, a análise do risco de uma empresa pode ser realizada através do estudo do risco operacional, financeiro e global.

### **3.7.1 Risco operacional**

De acordo com Fernandes *et al.* (2016), o risco operacional, também designado por risco económico, mede a possibilidade do RO ser desajustado aos objetivos da empresa, isto é, os rendimentos operacionais não são suficientes para cobrir os gastos operacionais.

Os principais fatores determinantes para o risco operacional são:

- i. Volatilidade dos preços de venda;
- ii. Volatilidade da procura;
- iii. Instabilidade do custo dos fatores de produção;
- iv. Peso relativo dos gastos operacionais.

Para recorrer ao estudo do risco operacional de uma empresa, nada melhor do que efetuar o cálculo do Grau de Alavanca Operacional (GAO). Segundo Martins (2004) e Fernandes *et al.* (2016), o GAO mede a volatilidade dos RO face às variações das vendas.

$$\text{Grau de Alavanca Operacional} = \frac{\text{Margem Bruta}}{\text{Resultado Operacional}}$$

Relativamente ao GAO, quanto maior for o seu valor, maior será o risco económico a que a empresa está sujeita, ou seja, maior o impacto nos RO de uma variação no volume de negócios.

### **3.7.2 Risco financeiro**

O risco financeiro decorre da incerteza relativamente à obtenção de resultados positivos em virtude da utilização dos capitais alheios, que induz à existência de encargos financeiros. Para efetuar o estudo do risco financeiro é usado o Grau de Alavanca Financeira (GAF).

$$\text{Grau de Alavanca Financeira} = \frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Resultado Antes de Impostos}}$$

Recorrendo a Martins (2004, p.120), o GAF “*avalia a sensibilidade do resultado líquido a variações nos resultados operacionais*”. Quanto maior o valor do GAF, maior o risco financeiro da empresa.

### **3.7.3 Risco global**

O risco global resulta da conjugação dos dois riscos anteriores (risco económico e risco financeiro) que permite fazer uma avaliação do risco global da empresa. Portanto, para efetuar o estudo do risco global é usado o Grau de Alavanca Combinada (GAC).

$$\begin{aligned}\text{Grau de Alavanca} &= \text{Grau de Alavanca Operacional} \times \text{Grau de Alavanca Financeira} \\ \text{Combinada} &= \frac{\text{Margem Bruta}}{\text{Resultado Operacional}} \times \frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Resultado Antes de Impostos}} \\ &= \frac{\text{Margem Bruta}}{\text{Resultado Antes de Impostos}}\end{aligned}$$

O GAC, mede a sensibilidade dos resultados líquidos do período face às variações do volume de vendas. Assim, quanto maior for o GAC, maior é o risco global da empresa.

## **4 Análise económica e financeira da COAPE**

Com a publicação do DL n.º 36-A/2011, de 9 de março, as entidades sem fins lucrativos possuem um normativo contabilístico específico, o Sistema de Normalização Contabilística das Entidades do Setor Não Lucrativo. Apesar de as cooperativas serem entidades sem fins lucrativos, de acordo com o n.º 2 do artigo 5.º do referido decreto, estas estão excluídas. Assim, segundo o DL n.º 158/2009, de 13 de julho, a COAPE está obrigada a adotar o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Recentemente com a publicação do DL n.º 98/2015, de 2 de julho, que alterou o SNC, mantendo as cooperativas a adotar esta aplicação.

Neste capítulo pretende-se aplicar na prática os temas do capítulo anterior, na cooperativa COAPE. O período temporal da análise é entre 2013 e 2015.<sup>27</sup> Assim, a análise económica e financeira recaiu fundamentalmente no Balanço e na DR.<sup>28</sup>

A análise da qualidade dos resultados deve ter em conta o setor de atividade em que a empresa atua, na medida em que as práticas contabilísticas aceites num setor podem ser rejeitadas noutros. Além disso, deve ter-se em consideração que os princípios não são imutáveis e poderão evoluir.

Desde 2006 o Banco de Portugal, através da Central de Balanços,<sup>29</sup> recolhe dados contabilísticos das empresas, tendo por base a Informação Empresarial Simplificada (IES).<sup>30</sup> A Central de Balanços dispõe de três produtos estatísticos: os Quadros do Setor (QS), os Quadros da Empresa e do Setor e a Série Longa dos Quadros do Setor.

Neste contexto, optei pelos QS, pois abrangem um conjunto de indicadores económico-financeiros por setor de atividade económica e por classes de dimensão.<sup>31</sup> Como a COAPE, ao longo do triénio, empregou menos de 50 pessoas e obteve um volume de

---

<sup>27</sup> Sendo 2015 o último ano económico com dados definitivos.

<sup>28</sup> Estes documentos encontram-se no Apêndice 1, sendo que a DR possui um ajustamento comparativamente ao documento oficial da COAPE, exposto no Anexo 1. Este ajustamento é realizado para a análise da DR em 2015 na rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos”, a qual transferi para a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” por serem rendimentos de atividade operacional.

<sup>29</sup> A Central de Balanços do Banco de Portugal é uma base de dados de informação económica e financeira sobre as empresas não financeiras portuguesas.

<sup>30</sup> A IES possibilita às empresas obedecer às obrigações legais associados às contas anuais do Ministério das Finanças, Ministério da Justiça e Banco de Portugal.

<sup>31</sup> “Microempresas”, “Pequenas empresas”, “Médias empresas” e “Grandes empresas” são as classes de dimensão definidas pelo Banco de Portugal.



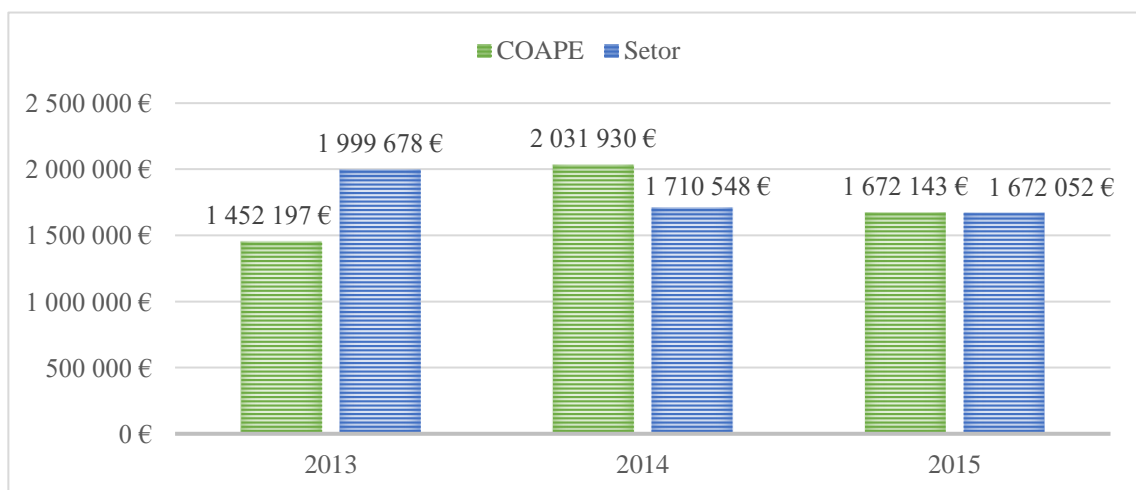
negócios inferior a 10 milhões, a cooperativa enquadra-se na classe de “pequena empresa”.

## 4.1 Análise económica

### 4.1.1 Volume de negócios

O volume de negócios, segundo Moreira (2001, p.159), “*corresponde ao montante das vendas de bens (mercadorias ou produção própria) e da prestação de serviços efetuados pela empresa durante o exercício, líquido dos descontos e abatimentos de que foram objeto.*”

Gráfico 4.1- Evolução do volume de negócios



Através do gráfico 4.1, no ano de 2014, a COAPE demonstrou a existência de uma variação favorável no volume de negócios de 40% e uma variação negativa de 18% em 2015. Esta situação é justificada pela produção que depende de fatores climáticos, contribuindo assim para um decréscimo do volume de vendas.

Relativamente ao setor de atividade, observa-se uma evolução negativa ao longo do triénio.

#### 4.1.2 Evolução dos rendimentos e gastos

No quadro abaixo, apresentam-se os rendimentos e gastos da COAPE, tal como o peso relativo e a evolução temporal de cada um.

Quadro 4.1- Evolução dos rendimentos e gastos da COAPE

Rendimentos e Gastos	2013		Δ 13/14	2014		Δ 14/15	2015	
	euros	%		euros	%		euros	%
Vendas e serviços prestados	1 452 197	96%	40%	2 031 930	97%	-18%	1 672 143	92%
Subsídios à exploração	8 253	1%	1%	8 358	0%	311%	34 366	2%
Imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	30	0%	-100%		0%		40	0%
Trabalhos para a própria entidade		0%			0%		43 723	2%
Outros rendimentos e ganhos	46 657	3%	5%	49 106	2%	42%	69 527	4%
<b>Total dos rendimentos</b>	<b>1 507 137</b>	<b>100%</b>	<b>39%</b>	<b>2 089 394</b>	<b>100%</b>	<b>-13%</b>	<b>1 819 800</b>	<b>100%</b>
CMVMC	916 833	64%	39%	1 272 176	66%	-21%	1 000 004	57%
Fornecimentos e serviços externos	266 728	19%	17%	313 397	16%	11%	349 179	20%
Gastos com o pessoal	124 383	9%	44%	179 111	9%	31%	234 461	13%
Imparidade de dívidas a receber				6 117	0%	-100%		0%
Outros gastos e perdas	80 770	6%	21%	97 400	5%	36%	132 928	8%
Depreciações e de amortização	40 950	3%	10%	44 939	2%	7%	47 905	3%
Juros e gastos similares suportados	144	0%	-63%	53	0%	737%	444	0%
<b>Total dos gastos</b>	<b>1 429 809</b>	<b>100%</b>	<b>34%</b>	<b>1 913 195</b>	<b>100%</b>	<b>-8%</b>	<b>1 764 921</b>	<b>100%</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>77 329</b>		<b>128%</b>	<b>176 200</b>		<b>-69%</b>	<b>54 879</b>	

O primeiro aspeto a reter do quadro 4.1, é a inexistência de rendimentos financeiros (devido à ausência da rubrica juros e rendimentos similares obtidos) ao longo do triénio. O peso das vendas e das prestações de serviços no total dos rendimentos, revelam um domínio da empresa na atividade principal. O ano de 2014 foi o ano em que a COAPE gerou mais rendimentos revelando no ano seguinte uma variação negativa de 13%, apesar das rubricas subsídios à exploração e outros rendimentos e ganhos aumentaram cerca de 2% e 4%, respetivamente.

Relativamente aos gastos, durante o triénio, os gastos operacionais apresentam praticamente 100%, sendo o ano de 2014 com mais gastos. No entanto, o ano de 2015 registou uma contração nos gastos, essencialmente devido à diminuição dos CMVMC, já que os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), os gastos com o pessoal e as depreciações do período aumentaram cerca de 11%, 31% e 7%, respetivamente.

Por fim, os gastos financeiros têm um valor muito pouco significativo nos gastos totais da cooperativa, não revelando sequer 1%.

#### 4.1.3 Análise da rentabilidade

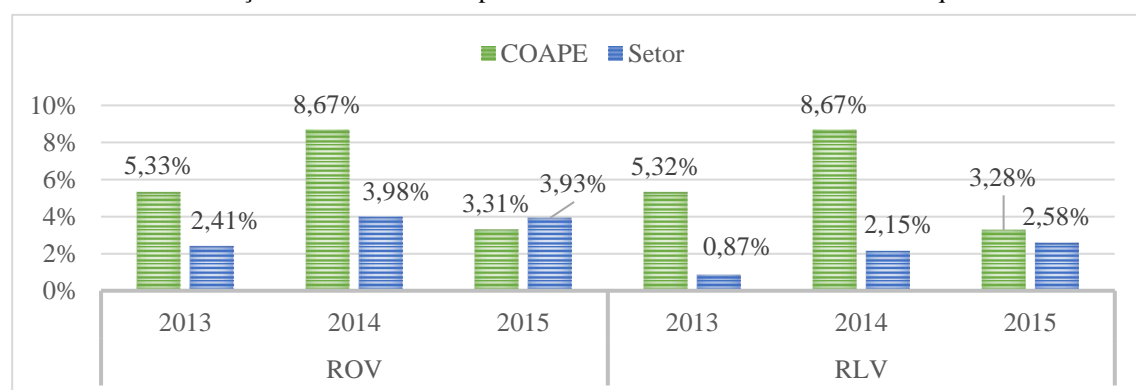
Para efetuarmos a análise da rentabilidade apresentamos no quadro abaixo os principais indicadores desta.

Quadro 4.2- Evolução dos rácios de rentabilidade

Rátios de Rentabilidade	Períodos		
	2013	2014	2015
1) RO	77 473 €	176 253 €	55 323 €
2) Volume de Negócios	1 452 197 €	2 031 930 €	1 672 143 €
ROV (1/2)	5,33%	8,67%	3,31%
3) Resultado Líquido (RL)	77 329 €	176 200 €	54 879 €
4) Volume de Negócios	1 452 197 €	2 031 930 €	1 672 143 €
RLV (3/4)	5,32%	8,67%	3,28%
5) RL	77 329 €	176 200 €	54 879 €
6) Ativo	1 637 365 €	1 808 948 €	1 762 252 €
RAT (5/6)	4,72%	9,74%	3,11%
7) RO	77 473 €	176 253 €	55 323 €
8) Ativo	1 637 365 €	1 808 948 €	1 762 252 €
ROA (7/8)	4,73%	9,74%	3,14%
9) RL	77 329 €	176 200 €	54 879 €
10) CP	1 231 731 €	1 396 978 €	1 440 775 €
RCP (9/10)	6,28%	12,61%	3,81%

- ROV e RLV

Gráfico 4.2- Evolução da rentabilidade operacional das vendas e da rentabilidade líquida das vendas



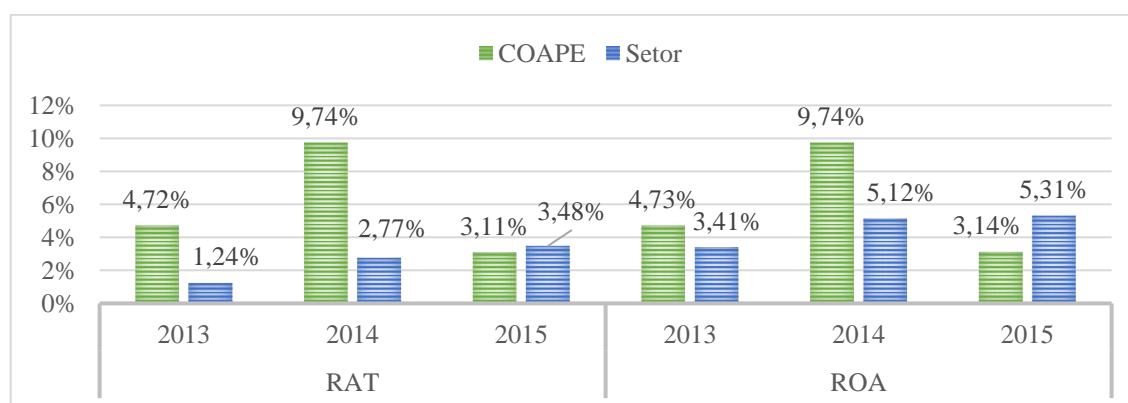
A primeira observação que podemos analisar do quadro 4.2 e do gráfico 4.2 em relação à COAPE é a semelhança dos valores em ambos os rácios. Estes valores justificam-se devido ao EBF das cooperativas, no qual estão isentas de IRC<sup>32</sup>, bem como a existência quase nula dos gastos de financiamento. Assim, podemos confirmar pelo quadro 4.2 que o RO e o RL são idênticos, apenas existindo uma ligeira diferença devido aos gastos financeiros. No que concerne ao setor de atividade não se verifica a mesma situação. Os dados obtidos pelo Banco de Portugal abrangem apenas 5% a 10% das cooperativas, logo podemos observar valores algo díspares entre os rácios.

Relativamente à ROV, podemos verificar que a COAPE, apresentou o valor mais elevado em 2014, devido ao aumento do volume de negócios bem como o RO. O ano que indicou valores mais baixos do triénio foi em 2015, essencialmente pela redução significativa do RO. Em relação ao setor de atividade também revelou no ano de 2014 o valor mais elevado, devido essencialmente ao aumento do RO. Nesse ano por cada unidade monetária vendida pelo setor foi adquirido um retorno de 3.98%, ao invés a cooperativa regista um retorno de 8.67%.

Em relação à RLV, como já referido anteriormente, a evolução da cooperativa é praticamente igual ao rácio anterior. Em relação ao setor de atividade verifica-se um aumento gradual ao longo do triénio, sendo o ano de 2015 marcado pelo valor mais elevado. Apesar dessa evolução, verificou sempre um retorno inferior comparativamente com a COAPE.

- RAT e ROA

Gráfico 4.3- Evolução da rentabilidade do ativo e da rentabilidade operacional do ativo



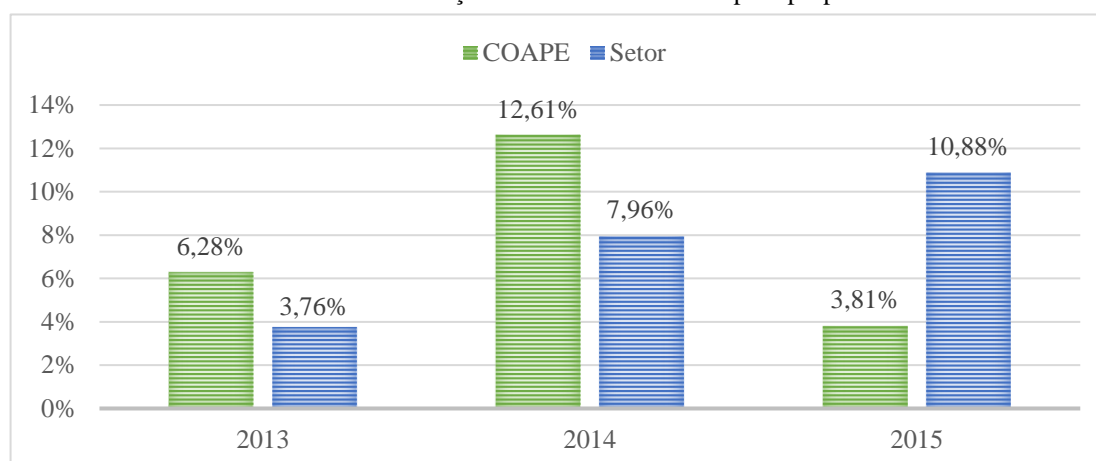
<sup>32</sup> Como mencionado anteriormente, segundo o artigo 66.º-A n.º 1 do EBF.

Como referido, no ponto anterior, confirma-se a mesma semelhança nos valores dos rácios devido à isenção de IRC e aos gastos financeiros. Portanto, pela análise do gráfico 4.3, verificamos que o rácio de RAT em 2014 foi o ano em que a COAPE alcançou um maior retorno face aos investimentos (9,74%) e que o ano de 2015 foi o pior (3,11%). Em relação ao rácio de ROA, podemos confirmar novamente, que o ano de 2014 registou um maior retorno em termos operacionais face aos investimentos (9,74%). Em 2015, manteve-se a tendência, traduzindo um baixo retorno em termos operacionais face ao investimento (3,14%).

Ao invés, o setor de atividade ao longo do triénio revela em ambos os rácios uma evolução positiva. Como já foi explicado no ponto anterior, os valores entre os rácios são relativamente distintos. Os valores, em ambos os rácios, comparativamente com a COAPE são claramente inferiores, com exceção do ano 2015.

- RCP

Gráfico 4.4- Evolução da rentabilidade do capital próprio



Através do gráfico 4.4, observamos que, ao longo do triénio, o ano de 2014 foi o ano em que a cooperativa se revelou como uma posição bastante cativante para o investimento, ou seja, foi o ano em que conseguiu remunerar de forma mais eficiente o capital investido pelos cooperadores. Ao invés, o ano de 2015 apresentou-se como o pior ano para aliciar investimento.

Em relação ao setor de atividade, a RCP tem vindo a melhorar ao longo dos anos com um crescimento sustentado por contraponto à volatilidade da COAPE.

#### 4.1.4 Análise da atividade

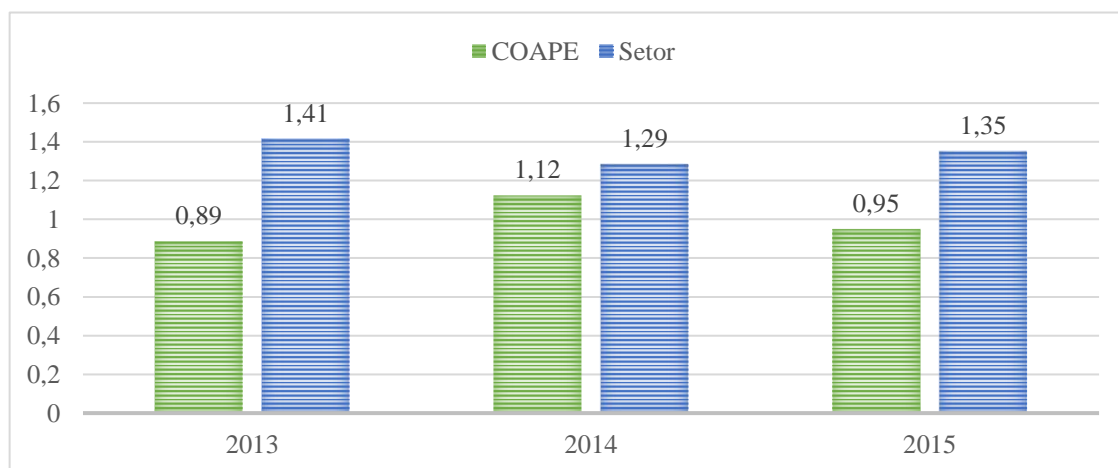
Relativamente à análise da atividade apresentam-se no quadro seguinte um conjunto de indicadores.

Quadro 4.3- Evolução dos rácios de atividade

Rácios de Atividade	Períodos		
	2013	2014	2015
1) Volume de Negócios	1 452 197 €	2 031 930 €	1 672 143 €
2) Ativo Total	1 637 365 €	1 808 948 €	1 762 252 €
Rotação do Ativo (1/2)	0,89	1,12	0,95
3) CMVMC	916 833 €	1 272 176 €	1 000 004 €
4) Inventários	263 189 €	278 330 €	237 793 €
Rotação dos Inventários (3/4)	3,48	4,57	4,21
5) Inventários	263 189 €	278 330 €	237 793 €
6) CMVMC	916 833 €	1 272 176 €	1 000 004 €
7) nº de dias	365	365	365
PMI (5/6) x 7 (em dias)	105	80	87
8) Clientes	320 383 €	433 073 €	253 271 €
9) Volume de Negócios	1 452 197 €	2 031 930 €	1 672 143 €
10) nº de dias	365 €	365	365
PMR (8/9) x 10 (em dias)	81	78	55
11) Fornecedores	303 682 €	248 255 €	223 406 €
12) Compras + FSE	1 260 164 €	1 600 715 €	1 310 513 €
13) nº de dias	365	365	365
PMP (11/12) x 13 (em dias)	88	57	62

- Rotação do Ativo

Gráfico 4.5- Evolução da rotação do ativo

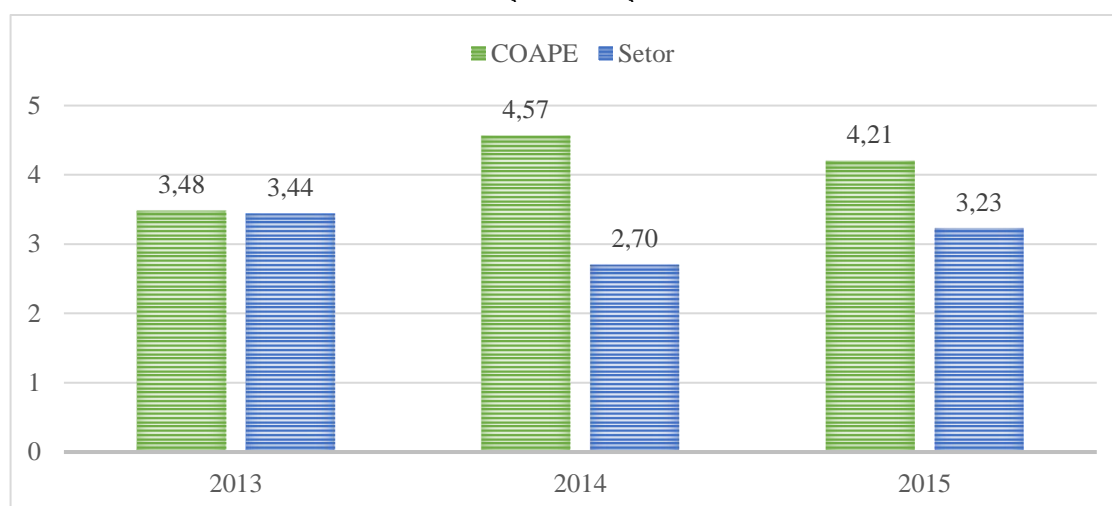


De acordo com o quadro 4.3 e o gráfico 4.5, a COAPE revelou no ano de 2014 um crescimento no número de unidades monetárias vendidas por cada unidade monetária investida na cooperativa. O ativo da empresa consegue ser reconstituído, cerca de 1,12 vezes pelo seu volume de negócios. Nesse ano, a COAPE obteve mais rendimentos em relação ao que investiu, devido ao valor ser superior à unidade.

Ao invés da COAPE, o setor de atividade apresenta, ao longo do triénio, valores superiores à unidade. Ou seja, o setor de atividade obteve mais rendimentos em relação ao que investiu.

- Rotação dos Inventários

Gráfico 4.6- Evolução da rotação dos inventários

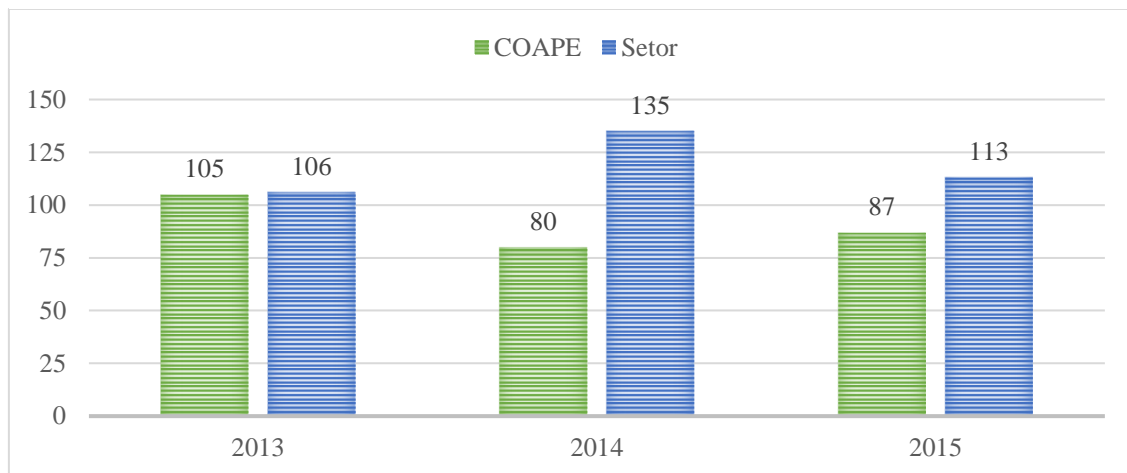


Através do gráfico 4.6, podemos constatar que a COAPE no ano de 2014 obteve o maior valor de rotação dos inventários. Ao longo do triénio, os valores são sempre superiores a três, ou seja, os seus inventários não permanecem muito tempo na cooperativa.

Relativamente ao setor de atividade, o ano de 2014 obteve o menor valor de rotação dos inventários. Os valores apresentados pela COAPE por comparação com o setor, são consistentemente mais favoráveis ao longo do triénio, com exceção para o ano de 2013, que apresentam valores semelhantes.

- PMI

Gráfico 4.7- Evolução do prazo médio de inventários

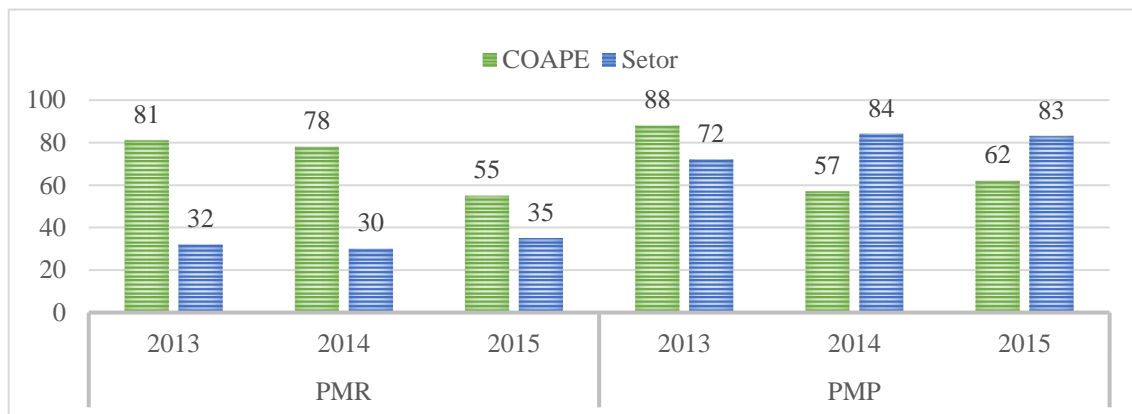


Recorrendo ao gráfico 4.7, verificamos que a COAPE em 2014 diminui o seu PMI em 25 dias, no entanto em 2015 aumenta em 7 dias.

Comparando relativamente com o setor de atividade, a COAPE demonstra, ao longo do triénio, um PMI inferior, ou seja, os *stocks* permanecem em armazém um período de tempo menor.

- PMR e PMP

Gráfico 4.8- Evolução do prazo médio de recebimento e do prazo médio de pagamento



A comparação destes dois rácios é de extrema importância para a análise do equilíbrio financeiro da empresa.

Assim, analisando o gráfico 4.8, ao longo do triénio, é possível afirmar que a COAPE revela uma diminuição no PMR, o que traduz uma melhoria no poder negocial da cooperativa perante os seus clientes. Relativamente ao setor de atividade apuramos que o



PMR é bastante inferior ao da cooperativa, ainda que esta tenha vindo a aproximar os prazos.

No que concerne ao PMP, a COAPE em 2014 revelou uma diminuição de 31 dias, o que pode denotar uma boa posição de liquidez, ou seja, pode permitir eventuais condições atrativas de pagamento para a aquisição de descontos. Por outro lado, em 2015 o PMP revelou um aumento ligeiro de 5 dias. Já o setor de atividade em 2014 mostrou um aumento de 12 dias e no ano seguinte uma diminuição de 1 dia, denotando maior poder negocial junto dos fornecedores.

Se confrontarmos os dois rácios, verificamos que a COAPE em 2014, tem um período de tempo de recebimento maior que o pagamento a fornecedores, ou seja, a COAPE necessita de obter recursos para financiar as necessidades de exploração durante o período de tempo que dista entre os dois prazos médios. Comparativamente ao setor de atividade observamos que, ao longo do triénio, o PMR é sempre inferior ao PMP.

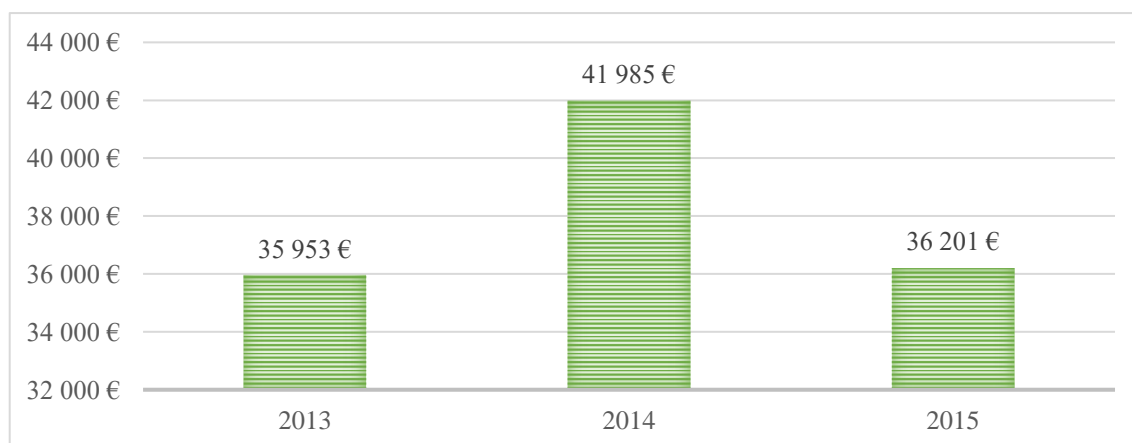
#### **4.1.5 Análise da produtividade**

De seguida apresentamos os indicadores de produtividade.

Quadro 4.4- Evolução dos indicadores de produtividade

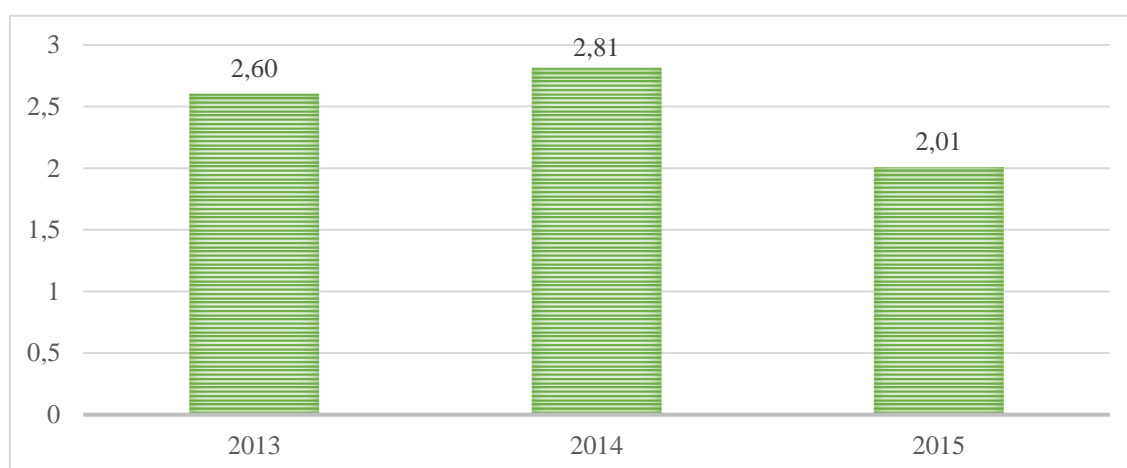
Produtividade	Períodos		
	2013	2014	2015
1) VAB	323 577 €	503 821 €	470 617 €
2) n.º de trabalhadores	9	12	13
VAB por Trabalhador (1/2)	35 953 €	41 985 €	36 201 €
3) VAB	323 577 €	503 821 €	470 617 €
4) Gastos com o pessoal	124 383 €	179 111 €	234 461 €
Produtividade do Trabalho (3/4)	2,60	2,81	2,01

Gráfico 4.9- Evolução do valor acrescentado bruto por trabalhador



O indicador VAB por trabalhador traduz a eficácia da aplicação do fator trabalho, estabelecendo a conexão entre o número médio de trabalhadores e o respetivo VAB, já o indicador produtividade do trabalho mede a eficácia da utilização do fator trabalho, com a ligação entre cada euro gasto com o pessoal e o respetivo VAB.

Gráfico 4.10- Evolução da produtividade do trabalho



É possível verificar através do quadro 4.4 e dos gráficos 4.9 e 4.10 que o indicador VAB por trabalhador, bem como a produtividade do trabalho obtiveram um acréscimo em 2014, seguido de uma diminuição no ano seguinte. Portanto, significa que no ano de 2014 existiu uma maior eficiência e eficácia das atividades.

## 4.2 Análise financeira

### 4.2.1 Equilíbrio financeiro de curto prazo

O ponto de partida para a análise do equilíbrio financeiro passou por analisar o balanço contabilístico e proceder à passagem para o balanço funcional.<sup>33</sup> Na construção do balanço funcional não foram realizadas correções ao balanço, visto que as informações internas não incutiram essa carência.

Quadro 4.5- Evolução dos indicadores de equilíbrio financeiro

Indicadores de Equilíbrio Financeiro	COAPE			Setor		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
FMF	374 717 €	548 587 €	529 200 €	101 159 €	160 085 €	162 559 €
NFM	200 272 €	345 545 €	174 227 €	220 187 €	194 300 €	155 412 €
TL	174 445 €	203 042 €	354 973 €	-119 028 €	-34 215 €	7 147 €

De acordo com o quadro 4.5, podemos verificar que a COAPE tem no ano de 2014 o valor mais elevado do FMF. No triénio a cooperativa possui um FMF positivo, ou seja, significa que consegue fazer face aos seus compromissos de curto prazo. Em relação ao setor, este revela um aumento gradual ao longo dos anos e apresenta em 2015 sintomas de capacidade para solver as suas dívidas de curto prazo, depois de dois anos de aparente desequilíbrio.

Em relação às NFM, podemos verificar que os três anos apresentam valores positivos, existindo necessidade de financiar o ciclo de exploração. Dado que o FMF é superior às NFM, este é suficiente para financiar as NFM. Assim, o excesso de RE sobre as AFL permite financiar a totalidade das necessidades de exploração. Por sua vez, o setor apresenta, em 2013 e 2014, o FMF inferior às NFM. Isto significa que financia parte das suas NC de exploração com operações de tesouraria.

Dada a análise referida sobre um bom FMF e as necessidades de financiamento do ciclo de exploração, é visível que a TL vai apresentar valores saudáveis, fruto de uma margem de segurança suficiente para fazer face às necessidades de financiamento do ciclo de exploração. A COAPE, olhando para os indicadores aqui exibidos, pode reduzir a sua liquidez imediata, pois apresenta excedentes que podem ser aproveitados. No que

<sup>33</sup> O balanço funcional encontra-se no Apêndice 1.

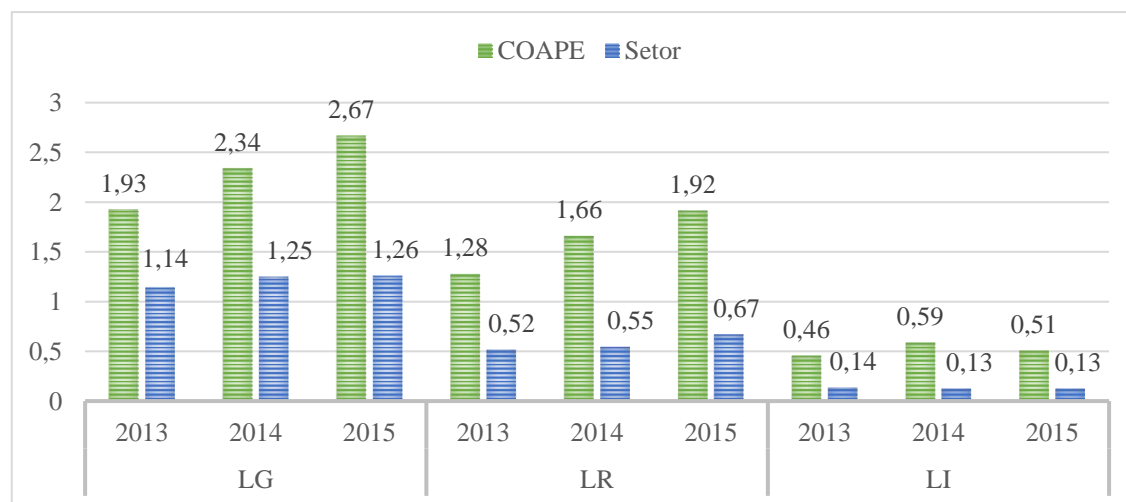
concerne com o setor de atividade, constatamos que em 2013 e 2014 a TL revela valores negativos.

Podemos agora complementar a análise anterior com o cálculo dos rácios de liquidez.

Quadro 4.6- Evolução dos rácios de liquidez

Rácios de Liquidez	Períodos		
	2013	2014	2015
1) Ativo Corrente	776 311 €	956 516 €	846 637 €
2) Passivo Corrente	401 594 €	407 929 €	317 437 €
<b>Liquidez Geral (1/2)</b>	<b>1,93</b>	<b>2,34</b>	<b>2,67</b>
3) Ativo Corrente – Inventários	513 122 €	678 187 €	608 844 €
4) Passivo Corrente	401 594 €	407 929 €	317 437 €
<b>Liquidez Reduzida (3/4)</b>	<b>1,28</b>	<b>1,66</b>	<b>1,92</b>
5) MFL	185 613 €	239 236 €	161 356 €
6) Passivo Corrente	401 594 €	407 929 €	317 437 €
<b>Liquidez Imediata (5/6)</b>	<b>0,46</b>	<b>0,59</b>	<b>0,51</b>

Gráfico 4.11- Evolução da liquidez



Através do quadro 4.6 e do gráfico 4.11, a primeira análise que podemos verificar ao longo do triénio, dado que o FMF é positivo, o valor obtido na LG é superior à unidade e aumenta gradualmente ano após ano, ou seja, a COAPE usufrui uma margem de segurança favorável. O setor de atividade apresenta valores de LG sensivelmente

próximos à unidade, ou seja, igualmente com uma situação financeira favorável no curto prazo.

Relativamente à LR era previsível os valores serem inferiores aos da LG, devido à impossibilidade de os inventários serem transformados de imediato em disponibilidades no curto prazo. Portanto, quanto maior o valor da rubrica de inventários, maior será a diferença entre ambos. Apesar disso, a COAPE apresenta valores superiores a 1, ao invés o setor de atividade exibe valores inferiores a 1. Ou seja, nem todos os ativos correntes depois de deduzidas as existências conseguem cobrir o passivo corrente.

Por fim, os valores da LI são mais baixos, porém este indicador acaba por não ser muito significativo. No entanto, é possível verificar que, ao longo do triénio, a capacidade da COAPE para suportar aos compromissos imediatos é relativamente cerca de 0,5, ao contrário, o setor de atividade apresenta uma capacidade reduzida, cerca de 0,13.

#### 4.2.2 Equilíbrio financeiro de médio/longo prazo

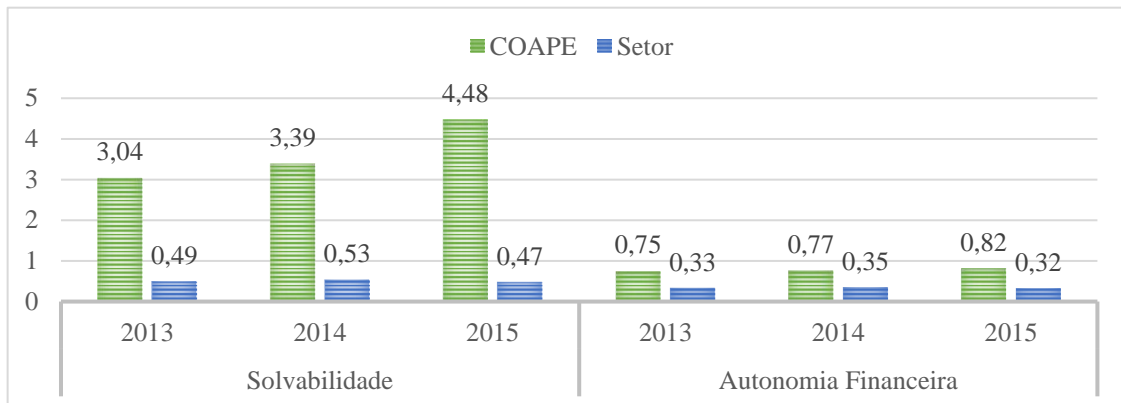
Relativamente ao equilíbrio financeiro de médio/longo prazo apresentam-se no quadro seguinte um conjunto de indicadores de suporte à análise.

Quadro 4.7- Evolução dos rácios financeiros

Rácios Financeiros	Períodos		
	2013	2014	2015
1) CP	1 231 731 €	1 396 978 €	1 440 775 €
2) Passivo	405 635 €	411 969 €	321 477 €
Solvabilidade (1/2)	3,04	3,39	4,48
3) CP	1 231 731 €	1 396 978 €	1 440 775 €
4) Ativo Total	1 637 365 €	1 808 948 €	1 762 252 €
Autonomia Financeira (3/4)	0,75	0,77	0,82
5) Passivo	405 635 €	411 969 €	321 477 €
6) Capital Total (Passivo+CP)	1 637 365 €	1 808 948 €	1 762 252 €
Endividamento (5/6)	0,25	0,23	0,18
7) Passivo Corrente	401 594 €	407 929 €	317 437 €
8) Passivo	405 635 €	411 969 €	321 477 €
Estrutura de Endividamento (7/8)	0,99	0,99	0,99

- Solvabilidade e Autonomia Financeira

Gráfico 4.12- Evolução da solvabilidade e da autonomia financeira

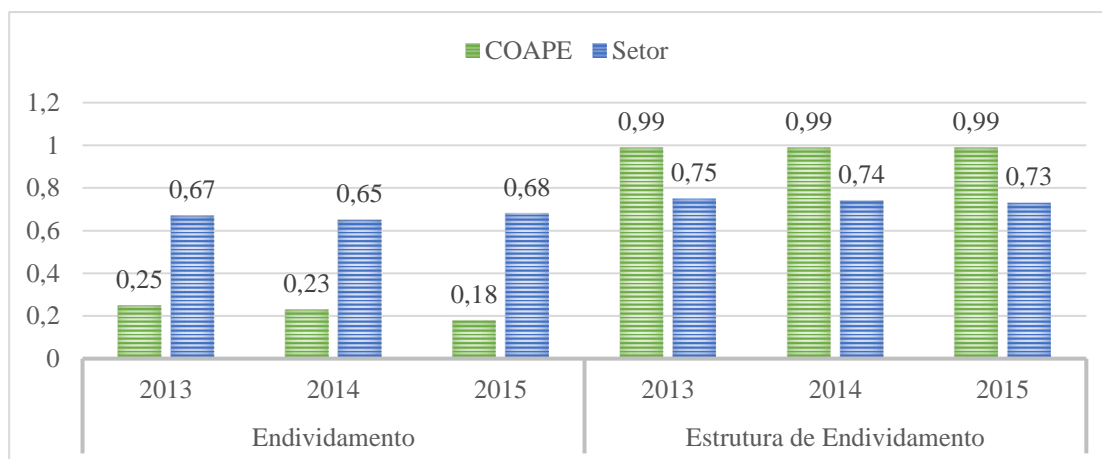


Para a COAPE cobrir a totalidade dos passivos, o CP deve ser no mínimo igual ao passivo. Assim, através do quadro 4.7 e do gráfico 4.12 é possível constatar, que ao longo do triénio, existiu um crescimento do valor do rácio de solvabilidade e que apresenta sempre valores superiores à unidade. Portanto, a COAPE transmite confiança aos credores da empresa. Em relação ao setor, o valor do rácio prova uma grande dependência das empresas nos seus credores, o que indica que nem todos os passivos conseguem ser cobertos pelo CP.

Relativamente à autonomia financeira, como decorre do indicador de solvabilidade, a COAPE apresenta valores superiores a 30% (Brandão 2008), ou seja, evidência uma independência financeira económica face aos credores. O setor revela valores mais reduzidos, conseguindo cobrir pouco mais de 30%, o que não será de estranhar pois estamos perante um setor cooperativo, onde os capitais próprios, nomeadamente o capital social e a retenção de lucros, apresentam valores reduzidos.

- Endividamento e Estrutura de Endividamento

Gráfico 4.13- Evolução do endividamento e da estrutura de endividamento



Os valores do endividamento da COAPE, ao longo do triénio, registaram uma diminuição de 7%. Verifica-se valores abaixo dos 25%, o que revela que a COAPE não está perante uma posição de elevado peso do capital alheio no financiamento, ou seja, a sustentabilidade da cooperativa não está em causa. O setor de atividade, ao longo do triénio apresenta valores de endividamento superiores a 65%.

Os valores obtidos do rácio de estrutura de endividamento mostram que a COAPE e o setor de atividade sofrem elevadas pressões de tesouraria. Assim, conclui-se que existe uma elevada pressão sobre a tesouraria das cooperativas, da qual a COAPE não é exceção, apresentando uma pressão de 99% de passivo de curto prazo. Porém, como já referido na LG a COAPE dispõe de ativos correntes para conseguir liquidar os seus compromissos de curto prazo, o que lhe permite estar a coberto dessa pressão.

### 4.3 Análise do risco

Neste ponto efetuamos uma breve análise ao risco operacional, financeiro e global.

#### 4.3.1 Risco operacional

Quadro 4.8- Evolução do risco operacional

Risco Operacional	Períodos		
	2013	2014	2015
Margem Bruta <sup>34</sup>	455 346 €	665 734 €	567 385 €
Resultado Operacional	77 473 €	176 253 €	55 323 €
GAO	5,88	3,78	10,26

Através do quadro 4.8 verifica-se que em 2014 foi o ano em que o GAO revelou o valor mais baixo, que indica um menor risco operacional. Em contrapartida 2015, é o ano que revela o valor mais elevado, logo implica um maior risco para a COAPE, pois o RO revela mais sensibilidade face a uma variação das vendas. Analisando o ano de 2015, podemos verificar que uma variação de 1% no volume de negócios teria um impacto de cerca de 10,26% no RO da cooperativa. Esta ocorrência pode ser explicada pela diminuição do volume de negócios e consequência disso a diminuição da margem bruta, o que implica uma redução no RO, tal deve-se às características da atividade da cooperativa.

#### 4.3.2 Risco financeiro

Quadro 4.9- Evolução do risco financeiro

Risco Financeiro	Períodos		
	2013	2014	2015
Resultado Operacional	77 473 €	176 253 €	55 323 €
Resultado Antes de Impostos	77 329 €	176 200 €	54 879 €
GAF	1,00	1,00	1,01

Como se pode observar através do quadro 4.9 a COAPE, ao longo do triénio, revela uma consistência no valor do GAF e sendo bastante reduzido. Esta situação pode ser explicada devido ao endividamento quase nulo e pelos valores reduzidos dos resultados financeiros

<sup>34</sup> A margem bruta é expressada pela diferença entre o volume de negócios da empresa e os custos variáveis. Os FSE foram repartidos em 70% para custos variáveis e 30% para custos fixos, visto que não dispor de informação mais rigorosa.



líquidos, o que faz com que o RO e o resultado antes de impostos revelam valores idênticos.

### **4.3.3 Risco global**

Quadro 4.10- Evolução do risco global

Risco Global	Períodos		
	2013	2014	2015
GAO	5,88	3,78	10,26
GAF	1,00	1,00	1,01
GAC	5,88	3,78	10,36

De acordo com a quadro 4.10 e com os riscos anteriores, ao longo do triénio, podemos verificar valores idênticos entre o GAO e o GAC, pois o GAF revela valores muito próximos de 1. Portanto, podemos concluir que a COAPE apresenta um maior risco global em 2015.

## **CONCLUSÃO**

O presente estudo foi elaborado com o objetivo de analisar e comparar a situação económico-financeira da COAPE com o setor de atividade ao longo do período temporal de 2013 a 2015. A principal limitação para a realização deste relatório foi a dificuldade em comunicar com as cooperativas. Sendo assim, foram efetuadas comparações com o setor de atividade, utilizando, a Central de Balanços do Banco de Portugal. Os dados contabilísticos recolhidos pelo Banco de Portugal, na qual compreende um conjunto de indicadores económicos e financeiros, possui escassamente um peso cerca de 5% a 10% do número de cooperativas, condicionando, assim os dados relativos ao setor de atividade.

Relativamente ao triénio, na COAPE, destaca-se, como fator determinante no crescimento da atividade da empresa, a estratégia de diversificação no negócio na “Loja” e a aposta numa nova área de negócios (a montagem e instalação de campos de frutos vermelhos e a criação de três novas secções).

Com estas apostas, verificou-se um crescimento do volume de negócios com consequente reflexo no RO e no RL entre o ano de 2013 e 2014. Em 2015, muitos dos projetos submetidos para a criação/instalação de novos jovens empresários agrícolas, não foram aprovados ou executados e com isso teve implicações ao nível da faturação.

Por outro lado, houve um decréscimo significativo no número de tratamentos agrícolas e no consumo de rações, o que contribui para um impacto direto no volume de faturação da COAPE. De realçar que o *core business* assenta na comercialização de fatores de produção e estes dependem também de fatores climatéricos que não se podem controlar.

Para atenuar estas circunstâncias, que não dependem diretamente do nível de atuação da COAPE, a cooperativa desenvolveu, em 2015, receitas com a cedência de espaços comerciais e de subsídios à exploração, nomeadamente do PRODER e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o que contribuiu para que as diferenças de rendimentos face a 2014 diminuíssem.

Destaca-se ainda, apesar destas circunstâncias negativas e a fase de investimento em que a cooperativa se encontra, a COAPE apresentou um RL e um RO muito interessantes.

Como fatores de destaque, em 2015, a COAPE fez a sua primeira exportação de frutos vermelhos e proporcionou ao CIDECA 18 cursos de formação profissional certificados, cujo público alvo foram os cooperadores.

Paralelamente e ainda neste triénio, com a angariação de novos cooperadores, com a diversificação dos serviços prestados, a COAPE lançou as bases que consolidam a estratégia de diversificação de negócios.

A secção Mberry's é hoje uma das maiores apostas para a próxima década, uma vez que se criou um “clube de produtores”,<sup>35</sup> a quem se designa de “Integrados” e com quem tem-se um vínculo a médio/longo prazo no sentido de escoar integralmente a produção, fechando assim a “fileira” de valor (da produção até à colocação no mercado).

Neste período, e ao nível dos Recursos Humanos, a COAPE cresceu, renovou e especializou, tanto quanto possível, nos seus quadros e hoje é já uma referência também na prestação de serviços.

Relativamente aos indicadores financeiros a evolução no triénio foi bastante positiva em quase todos eles, com especial destaque para a solvabilidade e autonomia financeira.

Quanto ao aumento do CP, tem crescido na angariação de novos cooperadores, no entanto também tem restituído o capital aos cooperadores da secção de olivicultura, fruto da extinção desta. Relativamente ao PMR e ao PMP, tem feito um esforço no sentido da sua redução, tentando tanto quanto possível aproximá-los, com isso reduziu o seu passivo corrente melhorando assim a sua LG e LR.

No que toca ao risco foi possível verificar que o risco operacional melhorou em 2014, porém em 2015 piorou justificado pela diminuição da margem bruta e do RO, com isso aumentou os seus custos fixos. Assim, em 2015, a sensibilidade do RO em relação à variação das vendas aumentou. Quanto ao risco financeiro, é praticamente nulo devido às cooperativas terem um benefício fiscal, na qual a COAPE se insere, e o endividamento ser quase nulo. O ano de 2015 vem demonstrar a existência de um maior nível de incerteza no resultado.

A COAPE também tem sido um agente promotor do desenvolvimento regional e da criação de emprego ao apoiar estes jovens agricultores, contribuindo desta forma para o rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola e para a manutenção dos jovens na região. A COAPE conta que, num futuro próximo, os produtores de mirtilos poderão ser

---

<sup>35</sup> Atendendo que a COAPE ainda não é uma organização de produtores.

geradores de emprego na região. Este novo projeto, dinamizado pela direção terá um grande impacto regional pelo que a cooperativa está empenhada no seu desenvolvimento.

A realização deste estágio curricular realizado na COAPE foi muito enriquecedora e gratificante na medida em que representou o meu primeiro contacto com o mundo do trabalho no âmbito da conclusão do Mestrado em Análise Financeira no ISCAC. Durante os sete meses foram-me colocados sucessivos desafios que contribuíram para colocar em prática alguns dos conhecimentos obtidos e desenvolver outros conhecimentos, como na área comunicacional e principalmente no ramo cooperativo. Porém, apesar de não ter executado todo o conjunto de tarefas que são realizados no dia-a-dia no departamento financeiro da empresa, foi-me possível observar como se desenvolvem muitas dessas tarefas e como são concretizadas.

A obtenção desta experiência permitiu adquirir princípios e conhecimentos que incluem uma boa base para o meu futuro profissional.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Aguiar, N. (2014). A tributação dos rendimentos das cooperativas em Portugal Cooperativismo e Economia Social, n.º 36.

Almeida, B. J. M. (2005), “O sector cooperativo em Portugal: aspectos económicos”, *Revisores & Empresas*, n.º 28, pp. 55-63.

Banco de Portugal. *Quadros do Setor*. Acedido a 19 de maio de 2017, disponível em <https://www.bportugal.pt/qesweb/UI/QSApplication.aspx>.

Brandão, E. (2008). *Finanças* (5.<sup>a</sup> edição). Porto: Autor.

Carvalho, C. N. d., & Magalhães, G. (2005). *Análise económico-financeira de empresas*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

CASES. *Cooperativas Credenciadas pela CASES, CIPRL em 2017 e 2016*. Acedido a 31 de janeiro de 2017, disponível em [https://credencial.cases.pt/pt-PT/0/PCR/Arqui/AbreReportCOOP\\_CRED](https://credencial.cases.pt/pt-PT/0/PCR/Arqui/AbreReportCOOP_CRED).

CASES. *Estatutos*. Acedido a 28 de fevereiro de 2017, disponível em <http://www.cases.pt/sobre-nos/quem-somos/estatutos/>.

COAPE-Cooperativa Agro-Pecuária dos Agricultores de Mangualde, C.R.L., Relatório & Contas 2015.

COAPE-Cooperativa Agro-Pecuária dos Agricultores de Mangualde, C.R.L., Relatório & Contas 2014.

COAPE-Cooperativa Agro-Pecuária dos Agricultores de Mangualde, C.R.L., Relatório & Contas 2013.

Código Comercial. *Diário do Governo n.º 203/1888 – I Série de 6 de setembro*. Acedido a 24 de março de 2017, disponível em [http://bdjur.almedina.net/item.php?field=node\\_id&value=322254](http://bdjur.almedina.net/item.php?field=node_id&value=322254).

Cohen, E. (1996). *Análise Financeira*, Lisboa: Editorial Presença.

Correia, J. (1970), “O sector cooperativo português”, Boletim do Ministério da Justiça, n.º 196, Lisboa.

Diretiva 2003/72/CE do Conselho de 22 de julho. *Jornal Oficial da União Europeia* pp.25-36. O Conselho da União Europeia.

Fernandes, C., Peguinho, C., Vieira, E. & Neiva, J. (2016). *Análise Financeira- Teoria e Prática* (4.<sup>a</sup> edição). Lisboa: Edições Sílabo.

Graça, E. (2013). A Conta Satélite da Economia Social (CSES) em Portugal - 2013. Breve Apresentação. *Cooperativismo e Economia Social*, n.º 35, Universidade de Vigo, pp. 213-221.

Johnson, H. T., & Kaplan, R. S. (1987). *Relevance Lost: The rise and fall of management accounting*. Boston: Harvard Business School Press.

Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de agosto. Sétima revisão constitucional. *Diário da República n.º 155/2005 - I Série*. Assembleia da República. Lisboa.

Lei n.º 119/2015 de 31 de agosto. *Diário da República n.º 169/2015 - I Série*. Assembleia da República.

Lei n.º 158/2009 de 13 de julho. *Diário da República n.º 133/2009 - I Série*. Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Lei n.º 282/2009 de 7 de outubro. *Diário da República n.º 194/2009 - I Série*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Lei n.º 29494/1939 de 22 de março. *Imprensa Nacional de Lisboa n.º 67/1939 - I Série*. Paço do Governo da República.

Lei n.º 30/2013 de 8 de maio. *Diário da República n.º 88/2013 - I Série*. Assembleia da República.

Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. *Diário da República n.º 48/2011 - I Série*. Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro. *Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado*. Autoridade Tributária e Aduaneira.

Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro. *Diário da República n.º 250/2011 - I Série*. Suplemento. Assembleia da República.

Lei n.º 66/2017 de 9 de agosto. *Diário da República n.º 153/2017 - I Série*. Assembleia da República.

Lei n.º 85/98 de 16 de dezembro. *Diário da República n.º 289/1998 - I Série*. A Assembleia da República.

Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. *Diário da República n.º 106/2015 - I Série*. Ministério das Finanças.

Lei n.º 98/2017 de 24 de agosto. *Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas*. Autoridade Tributária e Aduaneira.

Martins, A. (2004). *Introdução à Análise Financeira de Empresas* (2.ª edição). Porto: Grupo Editorial Vida Económica.

Meira, D. (2009). *O Regime Económico das Cooperativas no Direito Português: O Capital Social*. Porto: Vida Económica.

Meira, D. (2013). A Lei de Bases da Economia Social Portuguesa. Breve Apresentação. *Cooperativismo e Economia Social*, n.º 35, Universidade de Vigo, pp. 231-236.

Moreira, J. A. (2001). *Análise Financeira de Empresas: da teoria à prática* (4.ª edição). Porto: Bolsa de Derivados do Porto.

Nabais, C. & Nabais, F. (2013). *Prática Financeira I - Análise Económica & Financeira* (8.ª edição). Lidel – Edições Técnicas.

Namorado, R. (2003). A Sociedade Cooperativa Europeia- problemas e perspetivas. *Oficina do CES* n.º 189. Acedido a 8 de maio de 2017, disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/189.pdf>.

Namorado, R. (2005). Cooperativismo-um horizonte possível. *Oficina do CES* n.º 229. Acedido a 3 de maio de 2017, disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/229.pdf>.

Namorado, R. (2006). Os quadros jurídicos da economia social-uma introdução ao caso português. *Oficina do CES* n.º 251. Acedido a 4 de maio de 2017, disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/251.pdf>.

Neves, J. C. (2009). *Análise Financeira – Técnicas Fundamentais* (2.ª edição). Lisboa: Texto Editora.

Neves, J. C. (2015) – *Análise e Relato Financeiro – Uma visão integrada de gestão* (8.ª edição). Texto Editora.

Portaria n.º 302/2016 de 2 de dezembro. *Diário da República n.º 231/2016 – I Série*. Assembleia da República. Lisboa.

Portaria n.º 851/2010 de 6 de setembro. *Diário da República n.º 173/2010 – I Série*. Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação. Lisboa.

Regulamento (CE) n.º 1435/2003 de 22 de julho. *Jornal Oficial da União Europeia pp.1-24*. O Conselho da União Europeia.

Silva, E. S. (2013). *Gestão financeira - Análise de fluxos financeiros* (5.ª edição). Porto: Vida Económica.

*The Social Economy in the European Union* (2012), European Economic and Social Committee. Acedido a 14 de maio de 2017, disponível em <http://www.eesc.europa.eu/resources/docs/qe-31-12-784-en-c.pdf>.

Universidade de Coimbra. *Prémio Cooperação e Solidariedade*. Acedido a 15 de julho de 2017, disponível em [www.uc.pt/feuc/ultimo\\_mes/docs/2017/marco/2017\\_-\\_03\\_-\\_01\\_-\\_Solidariedade\\_-\\_Rui\\_Namorado\\_e\\_Personalidade\\_do\\_Ano\\_para\\_a\\_CASES.pdf](http://www.uc.pt/feuc/ultimo_mes/docs/2017/marco/2017_-_03_-_01_-_Solidariedade_-_Rui_Namorado_e_Personalidade_do_Ano_para_a_CASES.pdf).



## **APÊNDICE**

## **Apêndice 1- Demonstrações Financeiras**

• Balço

Unidade Monetária (EUR)

Rubricas	Períodos		
	2013	2014	2015
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	859 959,04	851 081,39	913 835,21
Acionistas / sócios	20,63	20,63	
Outros ativos financeiros		254,22	629,42
Investimentos financeiros	1 074,88	1 074,88	1 149,88
<b>Sub total</b>	861 054,55	852 431,12	915 614,51
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	263 188,52	278 329,60	237 793,36
Clientes	320 383,42	433 072,99	253 270,50
Adiantamento a fornecedores	4 828,95	1 320,68	173 434,82
Estado e outros entes públicos			293,84
Acionistas / sócios			20,63
Outras contas a receber	1 004,05	3 141,33	17 174,08
Diferimentos	1 293,14	1 416,23	3 294,08
Caixa e depósitos bancários	185 612,83	239 235,63	161 355,79
<b>Sub total</b>	776 310,91	956 516,46	846 637,10
<b>Total do Ativo</b>	<b>1 637 365,46</b>	<b>1 808 947,58</b>	<b>1 762 251,61</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado	96 720,99	100 871,05	104 766,25
Reservas legais	65 164,69	69 030,88	77 795,41
Outras reservas	465 248,92	538 061,64	704 633,17
Resultados transitados	310 866,74	311 516,38	312 380,22
Excedentes de revalorização	21 510,79	21 510,79	21 510,79
Outras variações no capital próprio	194 890,25	179 787,60	164 810,03
	1 154 402,38	1 220 778,34	1 385 895,87
Resultado líquido do período	77 328,55	176 199,90	54 878,84
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>1 231 730,93</b>	<b>1 396 978,24</b>	<b>1 440 774,71</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	4 040,27	4 040,27	4 040,27
<b>Sub total</b>	4 040,27	4 040,27	4 040,27
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	303 682,16	248 254,81	223 405,84
Financiamentos obtidos			600,28
Adiantamentos de clientes	10 794,23	37 366,19	
Estado e outros entes públicos	6 444,42	38 223,95	20 230,74
Outras contas a pagar	73 173,45	79 378,56	73 199,77
Diferimentos	7 500,00	4 705,56	
<b>Sub total</b>	401 594,26	407 929,07	317 436,63
<b>Total do Passivo</b>	<b>405 634,53</b>	<b>411 969,34</b>	<b>321 476,90</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>1 637 365,46</b>	<b>1 808 947,58</b>	<b>1 762 251,61</b>

• Demonstração de Resultados

Unidade Monetária (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	Períodos		
	2013	2014	2015
Vendas e serviços prestados	1 452 197,38	2 031 929,95	1 672 143,13
Subsídios à exploração	8 252,61	8 358,40	34 366,40
Ganhos / Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	30,00		40,00
Trabalhos para a própria entidade			43 723,12
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	916 832,79	1 272 176,43	1 000 003,97
Fornecimento e serviços externos	266 728,04	313 397,33	349 178,96
Gastos com o pessoal	124 382,88	179 111,10	234 461,37
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		6 116,99	
Outros rendimentos e gastos	46 657,38	49 106,14	69 527,10
Outros gastos e perdas	80 770,33	97 400,47	132 927,51
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>118 423,33</b>	<b>221 192,17</b>	<b>103 227,94</b>
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	40 950,35	44 939,15	47 904,66
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)			
<b>Resultado operacional</b>	<b>77 472,98</b>	<b>176 253,02</b>	<b>55 323,28</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	144,43	53,12	444,44
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>77 328,55</b>	<b>176 199,90</b>	<b>54 878,84</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>77 328,55</b>	<b>176 199,90</b>	<b>54 878,84</b>

• Balanço Funcional

Unidade Monetária (EUR)

Rubricas	Períodos		
	2013	2014	2015
<b>APLICAÇÕES DE FUNDOS</b>			
<b>Aplicações fixas líquidas</b>			
Ativos fixos tangíveis	859 959,04	851 081,39	913 835,21
Acionistas / sócios	20,63	20,63	
Outros ativos financeiros		254,22	629,42
Investimentos financeiros	1 074,88	1 074,88	1 149,88
<b>Sub total</b>	<b>861 054,55</b>	<b>852 431,12</b>	<b>915 614,51</b>
<b>Necessidades cíclicas</b>			
Inventários	263 188,52	278 329,60	237 793,36
Clientes	320 383,42	433 072,99	253 270,50
<b>Sub total</b>	<b>583 571,94</b>	<b>711 402,59</b>	<b>491 063,86</b>
<b>Tesouraria ativa</b>			
Diferimentos	1 293,14	1 416,23	3 294,08
Adiantamentos a fornecedores	4 828,95	1 320,68	173 434,82
Estado e outros entes públicos			293,84
Acionistas / sócios			20,63
Outras contas a receber	1 004,05	3 141,33	17 174,08
Caixa e depósitos bancários	185 612,83	239 235,63	161 355,79
<b>Sub total</b>	<b>192 738,97</b>	<b>245 113,87</b>	<b>355 573,24</b>
<b>Total das Aplicações de Fundos</b>	<b>1 637 365,46</b>	<b>1 808 947,58</b>	<b>1 762 251,61</b>
<b>ORIGENS DE FUNDOS</b>			
<b>Recursos estáveis</b>			
Capital realizado	96 720,99	100 871,05	104 766,25
Reservas legais	65 164,69	69 030,88	77 795,41
Outras reservas	465 248,92	538 061,64	704 633,17
Resultados transitados	310 866,74	311 516,38	312 380,22
Excedentes de revalorização	21 510,79	21 510,79	21 510,79
Outras variações do capital próprio	194 890,25	179 787,60	164 810,03
Resultado líquido do período	77 328,55	176 199,90	54 878,84
<b>Sub total</b>	<b>1 231 730,93</b>	<b>1 396 978,24</b>	<b>1 440 774,71</b>
Financiamento obtidos	4 040,27	4 040,27	4 040,27
<b>Sub total</b>	<b>4 040,27</b>	<b>4 040,27</b>	<b>4 040,27</b>
<b>Total</b>	<b>1 235 771,20</b>	<b>1 401 018,51</b>	<b>1 444 814,98</b>
<b>Recursos cíclicos</b>			
Fornecedores	303 682,16	248 254,81	223 405,84
Estado e outros entes públicos	6 444,42	38 223,95	20 230,74
Outras contas a pagar	73 173,45	79 378,56	73 199,77
<b>Sub total</b>	<b>383 300,03</b>	<b>365 857,32</b>	<b>316 836,35</b>
<b>Tesouraria passiva</b>			
Financiamento obtidos			600,28
Adiantamento de clientes	10 794,23	37 366,19	
Diferimentos	7 500,00	4 705,56	
<b>Sub total</b>	<b>18 294,23</b>	<b>42 071,75</b>	<b>600,28</b>
<b>Total das Origens de Fundos</b>	<b>1 637 365,46</b>	<b>1 808 947,58</b>	<b>1 762 251,61</b>

## **ANEXOS**

**Anexo 1- Balanço e Demonstração de Resultados da COAPE**

• 2013

COAPE - COOP. AGRO-PECUÁRIA DOS AGRIC. DE MANGUALDE, CRL		Data: 2013/12/31	
BALANÇO (Reduzido) em 31 de DEZEMBRO de 2013		Unidade Monetária (EUR)	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2013	2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	859.959,04	723.657,66
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis	6		
Investimentos financeiros		1.074,88	1.044,88
Accionistas / sócios		20,63	20,63
		861.054,55	724.723,17
Activo corrente			
Inventários	9	263.188,52	186.585,05
Clientes		320.383,42	69.980,35
Adiantamentos a fornecedores		4.828,95	
Estado e outros entes públicos	14		4.882,70
Accionistas / sócios			
Outras contas a receber		1.004,05	5.508,29
Diferimentos		1.293,14	649,54
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	13	185.612,83	231.974,10
		776.310,91	499.580,03
Total do Activo		1.637.365,46	1.224.303,20
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPTAL PRÓPRIO			
Capital realizado		96.720,99	88.620,93
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais		65.164,69	64.603,69
Outras reservas		465.248,92	458.180,88
Resultados transitados		310.866,74	307.273,91
Excedentes de revalorização		21.510,79	21.510,79
Outras variações no capital próprio	12	194.890,25	124.540,81
		1.154.402,38	1.064.731,01
Resultado líquido do período		77.328,55	11.221,87
Dividendos antecipados			
		1.231.730,93	1.075.952,88
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		1.231.730,93	1.075.952,88
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	11		
Financiamentos obtidos	7,08	4.040,27	6.185,10
Outras contas a pagar			
		4.040,27	6.185,10
Passivo corrente			
Fornecedores		303.682,16	34.536,13
Adiantamento de clientes		10.794,23	44.428,00
Estado e outros entes públicos	14	6.444,42	2.279,18
Accionistas / sócios			
Financiamentos obtidos	7,08		
Diferimentos		7.500,00	
Outras Contas a pagar		73.173,45	52.871,55
Outros passivos financeiros			8.050,36
		401.594,26	142.165,22
Total do Passivo		405.634,53	148.350,32
Total do Capital Próprio e do Passivo		1.637.365,46	1.224.303,20
O TÉCNICO DE CONTAS		A GERÊNCIA	



COAPE - COOP. AGRO-PECUÁRIA DOS AGRIC. DE MANGUALDE, CRL  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (Reduzido)  
 PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2013

Data: 2013/12/31

Unidade Monetária (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	10	1.452.197,38	863.135,99
Subsídios à exploração	12	8.252,61	
Ganhos/Perdas imputados de subs., assoc., e empreendm. conjuntos		30,00	
Variação nos inventários da produção	9		
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-916.832,79	-679.548,70
Fornecimento e serviços externos		-266.728,04	-63.972,34
Gastos com o pessoal	16	-124.382,88	-106.949,82
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	9		-16.700,10
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)	11		
Outras imparidades (perdas / reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	13	46.657,38	34.608,05
Outros gastos e perdas		-80.770,33	-413,27
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>118.423,33</b>	<b>30.159,81</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-40.950,35	-23.771,90
Imparidade de investim depreciáveis /amortiz (perdas/reversoos)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>77.472,98</b>	<b>6.387,91</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			4.908,52
Juros e gastos similares suportados		-144,43	-74,56
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>77.328,55</b>	<b>11.221,87</b>
Imposto sobre o rendimento do período	14		
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>77.328,55</b>	<b>11.221,87</b>

O TÉCNICO DE CONTAS

A GERÊNCIA

• 2014

COAPE-COOP. AGRO-PECUÁRIA DOS AGRIC. DE MANGUALDE, CRL  
BALANÇO REDUZIDO (IES) em 31 de DEZEMBRO de 2014

Data: 2014/12/31

Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2014	2013
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis		851.081,39	859.959,04
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos Biológicos			
Accionistas / sócios		20,63	20,63
Outros activos financeiros		254,22	
Activos por impostos diferidos			
Investimentos financeiros		1.074,88	1.074,88
		<b>852.431,12</b>	<b>861.054,55</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		278.329,60	263.188,52
Activos biológicos			
Clientes		433.072,99	320.383,42
Adiantamentos a fornecedores		1.320,68	4.828,95
Estado e outros entes públicos			
Accionistas / sócios			
Outras contas a receber		3.141,33	1.004,05
Diferimentos		1.416,23	1.293,14
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários		239.235,63	185.612,83
		<b>956.516,46</b>	<b>776.310,91</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>1.808.947,58</b>	<b>1.637.365,46</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado		100.871,05	96.720,99
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais		69.030,88	65.164,69
Outras reservas		538.061,64	465.248,92
Resultados transitados		311.516,38	310.866,74
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização		21.510,79	21.510,79
Outras variações no capital próprio		179.787,60	194.890,25
		<b>1.220.778,34</b>	<b>1.154.402,38</b>
Resultado líquido do período		176.199,90	77.328,55
Dividendos antecipados			
		<b>1.396.978,24</b>	<b>1.231.730,93</b>
Interesses minoritários			
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>1.396.978,24</b>	<b>1.231.730,93</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos		4.040,27	4.040,27
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		<b>4.040,27</b>	<b>4.040,27</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		248.254,81	303.682,16
Adiantamento de clientes		37.366,19	10.794,23
Estado e outros entes públicos		38.223,95	6.444,42
Accionistas / sócios			
Financiamentos obtidos			
Outras Contas a pagar		79.378,56	73.173,45
Diferimentos		4.705,56	7.500,00
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		<b>407.929,07</b>	<b>401.594,26</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>411.969,34</b>	<b>405.634,53</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>1.808.947,58</b>	<b>1.637.365,46</b>

O TÉCNICO DE CONTAS

A GERÊNCIA

COAPE-COOP. AGRO-PECUÁRIA DOS AGRIC. DE MANGUALDE, CRL  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (Reduzido)  
 PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2014

Data: 2014/12/31

Unidade Monetária (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados		2.031.929,95	1.452.197,38
Subsídios à exploração		8.358,40	8.252,61
Ganhos/Perdas imputados de subs, assoc,e empreendm			30,00
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1.272.176,43	-916.832,79
Fornecimento e serviços externos		-313.397,33	-266.728,04
Gastos com o pessoal		-179.111,10	-124.382,88
Imparidade de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		-6.116,99	
Provisões (aumentos / reduções)			
Outras imparidades (perdas / reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		49.106,14	46.657,38
Outros gastos e perdas		-97.400,47	-80.770,33
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>221.192,17</b>	<b>118.423,33</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-44.939,15	-40.950,35
Imparidade de investim depreciáveis /amortiz (perdas/reversoos)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>176.253,02</b>	<b>77.472,98</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-53,12	-144,43
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>176.199,90</b>	<b>77.328,55</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>176.199,90</b>	<b>77.328,55</b>
<b>Resultados das actividades descontinuadas incluído no</b>			
Resultado Líquido do período			

O TÉCNICO DE CONTAS

A GERÊNCIA

• 2015

COAPE-COOP. AGRO-PECUÁRIA DOS AGRIC. DE MANGUALDE, CRL		Data: 2015/12/31	
BALANÇO REDUZIDO (IES) em 31 de DEZEMBRO de 2015		Unidade Monetária (EUR)	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis		913.835,21	851.081,39
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos Biológicos			
Accionistas / sócios			
Outros activos financeiros		629,42	254,22
Activos por impostos diferidos			
Investimentos financeiros		1.149,88	1.074,88
		<b>915.614,51</b>	<b>852.410,49</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		237.793,36	278.329,60
Activos biológicos			
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores		253.270,50	433.072,99
Estado e outros entes públicos		173.434,82	1.320,68
Accionistas / sócios		293,84	
Outras contas a receber		20,63	20,63
Diferimentos		17.174,08	3.141,33
Activos financeiros detidos para negociação		3.294,08	1.416,23
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários		161.355,79	239.235,63
		<b>846.637,10</b>	<b>956.537,09</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>1.762.251,61</b>	<b>1.808.947,58</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado		104.766,25	100.871,05
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais		77.795,41	69.030,88
Outras reservas		704.633,17	538.061,64
Resultados transitados		312.380,22	311.516,38
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização		21.510,79	21.510,79
Outras variações no capital próprio		164.810,03	179.787,60
		<b>1.385.895,87</b>	<b>1.220.778,34</b>
Resultado líquido do período			
Dividendos antecipados		54.878,84	176.199,90
		<b>1.440.774,71</b>	<b>1.396.978,24</b>
Interesses minoritários			
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>1.440.774,71</b>	<b>1.396.978,24</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos		4.040,27	4.040,27
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		<b>4.040,27</b>	<b>4.040,27</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		223.405,84	248.254,81
Adiantamento de clientes			37.366,19
Estado e outros entes públicos		20.230,74	38.223,95
Accionistas / sócios			
Financiamentos obtidos		600,28	
Outras Contas a pagar		73.199,77	79.378,56
Diferimentos			4.705,56
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		<b>317.436,63</b>	<b>407.929,07</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>321.476,90</b>	<b>411.969,34</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>1.762.251,61</b>	<b>1.808.947,58</b>

O TÉCNICO DE CONTAS

A GERÊNCIA



COAPE-COOP. AGRO-PECUÁRIA DOS AGRIC. DE MANGUALDE, CRL  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (Reduzido)  
 PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2015

Data: 2015/12/31

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Unidade Monetária (EUR)	
		PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados		1.672.143,13	2.031.929,95
Subsídios à exploração		34.366,40	8.358,40
Ganhos/Perdas imputados de subs, assoc,e empreendm		40,00	
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade		43.723,12	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1.000.003,97	-1.272.176,43
Fornecimento e serviços externos		-349.178,96	-313.397,33
Gastos com o pessoal		-234.461,37	-179.111,10
Imparidade de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			-6.116,99
Provisões (aumentos / reduções)			
Outras imparidades (perdas / reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		68.943,41	47.915,94
Outros gastos e perdas		-132.927,51	-97.400,47
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>102.644,25</b>	<b>220.001,97</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-47.904,66	-44.939,15
Imparidade de investim depreciáveis /amortiz (perdas/reversoos)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>54.739,59</b>	<b>175.062,82</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		583,69	1.190,20
Juros e gastos similares suportados		-444,44	-53,12
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>54.878,84</b>	<b>176.199,90</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>54.878,84</b>	<b>176.199,90</b>
<b>Resultados das actividades descontinuadas incluído no</b>			
<b>Resultado Líquido do período</b>			

O TÉCNICO DE CONTAS

A GERÊNCIA